



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 11ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**12/04/2023
QUARTA-FEIRA
às 11 horas**

Presidente: Senador Paulo Paim

Vice-Presidente: Senadora Zenaide Maia



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 12/04/2023.**

11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PL 5970/2019 - Não Terminativo -	SENADOR FABIANO CONTARATO	9
2	PL 4652/2019 - Não Terminativo -	SENADOR ROMÁRIO	25
3	SUG 11/2019 - Não Terminativo -	SENADOR FABIANO CONTARATO	33
4	SUG 9/2022 - Não Terminativo -	SENADOR FABIANO CONTARATO	40
5	SUG 34/2019 - Não Terminativo -	SENADOR ALESSANDRO VIEIRA	55
6	REQ 20/2023 - CDH - Não Terminativo -		62

7	REQ 21/2023 - CDH - Não Terminativo -		65
8	REQ 22/2023 - CDH - Não Terminativo -		69

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

SUPLENTE

Bloco Parlamentar Democracia(PDT, MDB, PSDB, REDE, PODEMOS, UNIÃO)

Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP 3303-6777 / 6568	1 Soraya Thronicke(UNIÃO)(3)	MS 3303-1775
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990	2 Marcio Bittar(UNIÃO)(3)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261	3 VAGO(3)(6)	
Ivete da Silveira(MDB)(3)	SC 3303-2200	4 Weverton(PDT)(3)	MA 3303-4161 / 1655
Carlos Viana(PODEMOS)(3)	MG 3303-3100	5 Alessandro Vieira(PSDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Leila Barros(PDT)(3)	DF 3303-6427	6 VAGO	
Izalci Lucas(PSDB)(3)	DF 3303-6049 / 6050	7 VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD)

Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-1464 / 1467
Zenaide Maia(PSD)(2)	RN 3303-2371 / 2372 / 2358	2 Lucas Barreto(PSD)(2)	AP 3303-4851
Jussara Lima(PSD)(2)	PI 3303-5800	3 VAGO(2)(8)	
Augusta Brito(PT)(2)	CE 3303-5940	4 Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768
Paulo Paim(PT)(2)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230	5 Eliziane Gama(PSD)(2)	MA 3303-6741
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054
Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301	7 Ana Paula Lobato(PSB)(2)	MA 3303-2967

Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)

Magno Malta(PL)(1)	ES 3303-6370	1 VAGO	
Romário(PL)(1)	RJ 3303-6519 / 6517	2 VAGO	
Eduardo Girão(NOVO)(5)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679	3 VAGO	

Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS(PP, REPUBLICANOS)

Dr. Hiran(PP)(1)	RR 3303-6251	1 Laércio Oliveira(PP)(1)	SE 3303-1763 / 1764
Damara Alves(REPUBLICANOS)(1)	DF 3303-3265	2 Cleitinho(REPUBLICANOS)(1)	MG 3303-3811

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damara Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- (5) Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- (7) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- (8) Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 12 HORAS
 SECRETÁRIO(A): MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO
 TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-2005
 FAX: 3303-4646

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-2005
 E-MAIL: cdh@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 12 de abril de 2023
(quarta-feira)
às 11h

PAUTA

11ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Retificações:

1. Recebido relatório do PL 5970/2019. (12/04/2023 09:28)

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5970, DE 2019

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas (Emenda nº 1 e outra apresentada).

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Emenda 1 \(CDH\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4652, DE 2019

- Não Terminativo -

Obriga os estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes a concederem o dobro do período de tolerância para saída a idosos, pessoas com deficiência e seus acompanhantes.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CTFC.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 11, DE 2019

- Não Terminativo -

Fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH;

- Em reunião realizada em 22/03/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos do art.

132 do Regimento Interno do Senado Federal.**Textos da pauta:**[Relatório Legislativo](#) (CDH)[Sugestão](#) (CDH)**ITEM 4****SUGESTÃO Nº 9, DE 2022****- Não Terminativo -**

"Requer piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH;

- Em reunião realizada em 22/03/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:[Relatório Legislativo](#) (CDH)[Sugestão](#) (CDH)**ITEM 5****SUGESTÃO Nº 34, DE 2019****- Não Terminativo -**

Não constituir crime o comércio de sementes para cultivo de Cannabis

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela rejeição da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Textos da pauta:[Relatório Legislativo](#) (CDH)[Sugestão](#) (CDH)**ITEM 6****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 20, DE 2023**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Uso Medicinal da Cannabis".

Autoria: Senador Paulo Paim

Textos da pauta:[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 7****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 21, DE 2023**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do

Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Vidas Negras com Deficiência Importam".

Autoria: Senador Paulo Paim

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22, DE 2023

Requer, nos termos regimentais, a realização de ciclo de audiências públicas, em conjunto com a CCJ, CSP, CE, com o objetivo de debater as políticas necessárias à prevenção e à repressão da violência em estabelecimentos de ensino.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As propriedades rurais e urbanas em que for identificada a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme o art. 243 da Constituição Federal.

§ 1º A expropriação somente poderá ocorrer pela via judicial, e fica condicionada ao prévio trânsito em julgado de sentença condenatória por exploração de trabalho em condições análogas à de escravo.

§ 2º Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência da exploração de trabalho em condições análogas às de escravo será confiscado e se reverterá ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se trabalho em condições análogas à de escravo:

I - a submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal;



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

II - o isolamento geográfico ou o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

III - a manutenção de vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

IV - a restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto;

V - a submissão a condições degradantes de trabalho, consistentes em violações aos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador que impliquem privação e negação do reconhecimento de sua dignidade; e

VI - a sujeição a jornada exaustiva, entendida como aquela que, por sua intensidade ou extrapolação não eventual com prejuízo ao descanso e convívio social e familiar, cause sobrecargas físicas e mentais incompatíveis com a capacidade psicofisiológica do trabalhador, expondo-o a elevado risco para a saúde ou de ocorrência de acidente do trabalho.

§ 1º Considera-se trabalho em condições degradantes, na forma do inciso V deste artigo, a conjugação de, no mínimo, três das seguintes situações, dentre outras a elas equiparáveis:

I - a impossibilidade de acesso à água potável ao longo da jornada de trabalho ou nos períodos de descanso, seja pela simples ausência de água, pela disponibilização de fontes impróprias para consumo ou sujeitas a contaminação, ou seja pela não adoção de métodos e recipientes de captação e armazenamento que a protejam de contaminação;

II - a não disponibilização de instalações sanitárias ou a impossibilidade de sua utilização em condições higiênicas ou de preservação da privacidade;



SF/19381.01043-46



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

III - a não disponibilização de alojamento ou de moradia familiar, quando o seu fornecimento for obrigatório, ou a disponibilização de alojamento ou de moradia familiar impróprios, ferindo condições mínimas de segurança, vedação, higiene, privacidade e descanso;

IV - a não disponibilização de locais adequados para armazenagem de alimento, bem como para preparo e tomada de refeições, em condições de higiene e conforto, quando houver seu consumo no local de trabalho ou nas áreas de vivência;

V - a moradia coletiva de famílias, entre si ou com terceiros, ou o alojamento coletivo de homens e mulheres;

VI - o estabelecimento de sistemas remuneratórios que resultem no pagamento de salário base inferior ao mínimo legal, por adotarem valores irrisórios pelo tempo de trabalho ou por unidade de produção, ou, ainda, por transferirem ilegalmente os ônus e riscos da atividade econômica ao trabalhador;

VII - o pagamento de remuneração com álcool ou outras drogas nocivas;

VIII - a ausência de avaliação dos riscos acompanhada da efetiva adoção de medidas para sua eliminação ou neutralização, quando a atividade ou o meio ambiente laborais apresentarem riscos graves para a saúde e segurança do trabalhador;

IX - a agressão física ou psicológica, ou assédio sexual, perpetrados por superior hierárquico.

§ 2º A superlotação do alojamento ou moradia familiar, quando impedir o seu uso nas condições mínimas indicadas no inciso III do § 1º deste artigo, os torna impróprios.



SF/19381.01043-46



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Art. 3º A expropriação de que trata esta lei prevalecerá sobre direitos reais de garantia.

Art. 4º O proprietário não poderá alegar desconhecimento da exploração de trabalho escravo por seus prepostos, dirigentes ou administradores.

Art. 5º As propriedades expropriadas nos termos desta Lei que, devido às suas especificidades, não forem passíveis de destinação à reforma agrária e a programas de habitação popular, deverão ser alienadas, sendo os valores decorrentes revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Art. 6º Não será objeto de expropriação a propriedade rural e urbana alugada ou arrendada pelo proprietário.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos casos em que qualquer dos proprietários, diretamente ou através de seus prepostos, dirigentes ou administradores, tenha:

I - tomado conhecimento e se omitido em relação às condutas que caracterizam a exploração de trabalho análogo ao de escravo em sua propriedade;

II – auferido benefício econômico, direto ou indireto, em razão de negócio jurídico que não o estritamente advindo de eventual remuneração pela cessão da posse do imóvel.

Art. 7º Ficam sujeitos à expropriação prevista nesta Lei os imóveis rurais e urbanos possuídos a qualquer título, ainda que seu possuidor não detenha o respectivo título de propriedade.

Art. 8º A ação expropriatória de imóveis rurais e urbanos nos quais se verificar a exploração de trabalho análogo ao de escravo observará o disposto nesta Lei e, subsidiariamente, o disposto no Código de Processo Civil.



SF/19381.01043-46



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

§ 1º O processo e o julgamento da ação de que trata esta Lei são de competência da Justiça Federal.

§ 2º Os processos referentes à expropriação de que trata esta Lei não correrão em segredo de Justiça.

Art. 9º Os arts. 2º, 2º-C e 11 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, sendo cabível, nesta hipótese, ação regressiva da União contra o seu explorador;

III – oferecer condições dignas de retorno ao trabalhador que foi deslocado ou se deslocou de seu local de residência e depois foi submetido a trabalho escravo, cabendo ação regressiva da União contra o seu explorador.

.....” (NR)

“Art. 2º-C

§ 3º A exploração de trabalho análogo ao de escravo sujeitará o infrator a multa equivalente a 3 (três) vezes o maior valor vigente da parcela de seguro-desemprego, multiplicada pelo número de trabalhadores identificados nesta situação, a ser aplicada na forma do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 4.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

“Art. 11



SF/19381.01043-46



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

V – todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência da exploração de trabalho em condições análogas à de escravo;

VI – recursos provenientes da alienação da propriedade expropriada em decorrência da exploração de trabalho em condições análogas à de escravo não passível de destinação à reforma agrária e a programa de habitação popular; e

VII – outros recursos que lhe sejam destinados.

Parágrafo único. Os recursos previstos nos incisos VI e VII do caput deste artigo serão destinados a:

I – oferecer condições dignas de retorno ao trabalhador que foi deslocado ou se deslocou de seu local de residência e depois foi submetido a trabalho em condições análogas à de escravo; e

II – assegurar aos trabalhadores resgatados do trabalho em condições análogas à de escravo a formação profissional e tecnológica e inserção no mercado de trabalho, considerando sua necessidade peculiar de readaptação.” (NR)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014, incluiu a hipótese de expropriação das propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei.

Tal inovação foi um avanço no tema e reconhece a incompatibilidade total de regimes de trabalho escravo com o nosso regime jurídico, estabelecendo pena das mais graves ao proprietário, a perda desta, sem qualquer indenização e sem prejuízo de quaisquer outras sanções previstas em lei.

Reconhecendo a ausência de regulamentação de diversos dispositivos constitucionais, foi criada comissão mista pelo Ato Conjunto



SF/19381.01043-46



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 2, de 2013, com a finalidade de consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Por autoria desta comissão foi apresentado o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013, que foi encaminhado para CCJ, para emitir parecer. Designado o senador Paulo Paim, este apresentou relatório, que não chegou a ser apreciado.

O projeto ora apresentado reproduz o substitutivo do senador Paulo Paim sugerido em seu relatório apresentado à CCJ, após a análise do projeto e de 55 emendas apresentadas.

Com essa medida, portanto, esperamos a regulamentação do artigo 243 da Constituição, na parte inovada pela Emenda Constitucional 81, de 2004, efetivando a previsão constitucional que representou uma grande evolução na matéria.

Diante do exposto, pedimos apoio aos nobres pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5970, DE 2019

Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;4452](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;4452)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;4452>
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
- [urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;81](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;81)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;81>
- Emenda Constitucional nº 81, de 2014 - EMC-81-2014-06-05 , PEC DO TRABALHO ESCRAVO - 81/14
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2014;81>
- Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990 - Lei do Seguro-Desemprego - 7998/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;7998>
 - artigo 2º
 - artigo 2º-B
 - artigo 11



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

EMENDA Nº - CDH

(ao PL nº 5970, de 2019)

Dê-se ao caput do art. 2º do Projeto de Lei nº 5970, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 2º.** Para fins desta Lei, considera-se trabalho em condições análogas às de escravo o disposto no art. 149 do Código Penal, bem como:

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Em meritória nota técnica, o Ministério Público do Trabalho (MPT), por meio da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONAETE, informou que a redação proposta pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 5970, de 2019, mereceria alteração.

Com efeito, o MPT informou a necessidade de se manter, no ordenamento jurídico brasileiro, a enorme conquista que é a atual redação do conceito de trabalho análogo ao escravo contido no artigo 149 do Código Penal, com a redação dada pela Lei nº 10.803, de 2003. Esse conceito tornou o Brasil uma referência mundial no combate ao trabalho escravo.

Assim, sugerimos a redação acima para que, ao mesmo tempo em que faz alusão à definição do art. 149 do Código Penal, o art. 2º consiga exemplificar e informar à sociedade os diversos modos de execução do crime.

Sala da Comissão,

Senadora **SORAYA THRONICKE**

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5970, de 2019, do Senador Randolfe Rodrigues, que *dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências*.

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 5.970, de 2019, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas às de escravidão.

Para tanto, a proposição, em seu art. 1º, remete ao art. 243 da Constituição Federal, que determina a perda da propriedade urbana ou rural em que for constatada a “exploração de trabalho escravo”, conforme a letra constitucional, sem indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

O art. 2º do projeto busca definir, em seis incisos, as condições em que se caracterizaria o “trabalho em condições análogas às de escravo”. O inciso V fala em submissão a condições degradantes de trabalho. O § 1º desse artigo condiciona o reconhecimento e tais condições à constatação de, pelo menos, duas entre nove situações, listadas num rol exemplificativo.

O art. 3º determina que a expropriação objeto da lei prevalece sobre direitos reais de garantia, enquanto o art. 4º impede que o proprietário fuja à responsabilidade por alegar desconhecimento do que fariam seus prepostos.

O art. 5º esclarece que as propriedades expropriadas não passíveis de destinação à reforma agrária e a programas de habitação popular devem ser alienadas e os valores revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O art. 6º, por sua vez, isenta de responsabilidade o proprietário que tenha alugado ou arrendado a terra. Estabelece, contudo, exceções, a saber, quando o proprietário tenha tomado conhecimento das circunstâncias ou quando tenha aferido algum benefício econômico, direto ou indireto, em razão da exploração de trabalho em condições análogas às de escravidão.

O art. 7º da proposição sujeita à expropriação os imóveis tão-somente possuídos, ainda que o possuidor não detenha o título de propriedade.

O art. 8º determina que a ação expropriatória seguirá o rito disposto na lei em que a proposição venha a se transformar e, subsidiariamente, o disposto no Código de Processo Civil. Nos dois parágrafos que o art. 8º contém, ficam determinados o sigilo de justiça e a competência da justiça federal para julgar e processar as ações expropriatórias a que se refere a lei.

O art. 9º, por seu turno, altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para prever multa e ação regressiva da União contra o proprietário quando do resgate de trabalhadores em condições análogas às da escravidão, bem como para inscrever no rol de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador os bens em espécie apreendidos na propriedade onde havia exploração de trabalho análogo ao de escravo e os valores decorrentes da alienação da propriedade. No mesmo movimento, a proposição destina esses bens e valores ao oferecimento de condições de retorno, de capacitação profissional ou de inserção laboral em favor dos trabalhadores que tenham sido resgatados daquelas condições.

Por fim, o art. 10º põe a lei em vigor na data de sua publicação.

Em suas razões, o autor esclarece ser a proposição uma tentativa de regular a expropriação, admitida no texto constitucional pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014, que deu ao art. 243 da Constituição sua forma atual. A tentativa tomou a forma de uma Comissão Mista do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, da qual surgiu um projeto de lei que, mais tarde, ao ser examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu

substitutivo sintetizando as cinquenta e cinco emendas que recebeu. A proposição que ora se examina corresponde a esse substitutivo.

Conclui pela necessidade de se aprovar a proposição, de modo a dar à alteração constitucional trazida pela Emenda Constitucional nº 81 os necessários instrumentos para sua efetivação.

A proposição foi distribuída para exame desta e das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Foi apresentada emenda pela Senadora Soraya Thronicke acrescentando o conceito de trabalho em condições análogas à de escravo contido no artigo 149 do Código Penal ao rol de condições caracterizantes já trazidas pela forma original da proposição.

II – ANÁLISE

A análise da matéria por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é regimental, conforme os termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Não vemos óbices de natureza constitucional, seja quanto à competência formal ou material deste Senado Federal. Tampouco há obstáculos jurídicos formais. Os aspectos materiais merecerão, contudo, alguma reflexão e reparo, como veremos.

Inicialmente, há que se deixar claro nosso acordo com a extrema pertinência e valor da proposição. Seu encaminhamento e aprovação serão motivo de orgulho pátrio. Contudo, a nosso ver, podemos fazer ainda melhor na esteira dessa brilhante iniciativa legislativa.

Devemos nos dirigir ao condicionamento da expropriação ao trânsito em julgado de sentença condenatória, *sem que fique claro de qual ramo do Poder Judiciário saiu tal sentença, que poderia ser penal ou trabalhista*. É importante que se corrija esse aspecto da proposição, sob pena de torná-la letra morta e causadora de instabilidade dentro do próprio Poder Judiciário, sendo possível antever a impunidade resultante de prescrição após anos de discussão sobre a competência para julgar.

Não se pode perder de vista a alarmante situação do trabalho escravo no Brasil. Apenas em 2023, diferentes operações trouxeram a lume a escandalosa chaga social que ainda macula o Brasil. Casos como o de adolescentes plantando sementes, ou o de estrangeiros produzindo cigarros, entristecem os brasileiros e alertam para a realidade do problema. 2023, por sinal, é o ano com maior número de resgates no Rio Grande do Sul e Goiás. Um escândalo!

Proporemos emenda referente à competência acima tratada, quanto ao Poder judiciário, bem como acataremos a emenda apresentada pela Senadora Soraya Thronicke, descrita anteriormente e que tem a qualidade de se valer do caráter abstrato do tipo penal, o que vem a ser uma vacina contra as metamorfoses da escravidão. Temos a firme crença de que tais emendas tornarão ainda mais apurada a já importantíssima proposição.

III – VOTO

Em razão das considerações apresentadas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.970, de 2019, com a Emenda Nº 1 – CDH, e com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao § 1º do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.970, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 1º**

§ 1º A expropriação somente poderá ocorrer pela via judicial, em ação específica de natureza penal ou trabalhista, e fica condicionada ao prévio trânsito em julgado de sentença condenatória por exploração de trabalho em condições análogas à de escravo.

.....”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2



1

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. VENEZIANO VITAL DO RÊGO)

Obriga os estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes a concederem o dobro do período de tolerância para saída a idosos, pessoas com deficiência e seus acompanhantes.



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos idosos, às pessoas com deficiência e aos seus acompanhantes será concedido o dobro do período de tolerância para saída dos estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes, mediante a comprovação da idade ou da condição de deficiente.

Art. 2º Em caso de descumprimento desta lei, aplicam-se aos infratores as penalidades previstas no Art. 56 e seguintes da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Esse Projeto de Lei teve como iniciativa a sugestão dada pelo cidadão brasileiro **Rodrigo Motta de Almeida**.

Vivemos hoje, felizmente, um momento de reconhecimento e de respeito com relação às pessoas que necessitam de alguma forma de tratamento especial. Embora ainda haja muito a ser feito para diminuir as diferenças de acessibilidade dos cidadãos, a sensibilização da população é



SENADO FEDERAL

cada vez maior a respeito do assunto, revelando uma tendência de amadurecimento da sociedade sobre questões de inclusão social.

Nesse sentido, o papel do legislador é essencial, pois, ao apresentar proposições que tornam obrigatórias práticas de respeito e civilidade, atua na proteção daqueles que precisam de condições diferenciadas. Além disso, tais proteções acabam por ter consequências quanto ao aspecto educativo, uma vez que as pessoas e os estabelecimentos passam a adotar as práticas por mera obrigação legal, mas, posteriormente, essas práticas tendem a se tornar hábitos incorporados a uma cultura de boas maneiras e de urbanidade.

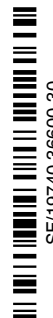
Assim, a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) já representam grandes avanços para o sistema legal brasileiro. É dessa maneira que, como legisladores, não podemos deixar de identificar as necessidades dos cidadãos e de ouvi-las. Portanto, favorecer a criação de um ambiente mais justo, humano e solidário, faz parte da nossa função como parlamentares.

O projeto apresentado visa aprimorar tais direitos, propondo tornar obrigatória a concessão de tempo de tolerância em dobro para a saída de estacionamentos privados aos idosos, às pessoas com deficiência e aos seus respectivos acompanhantes. Para o caso de inobservância da norma, sugerimos a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), pois a aplicação destas tem sido eficiente e bem-sucedida, de forma que é racional aproveitar tais instrumentos.

Certos de que a iniciativa que ora submetemos à apreciação contribui para o aperfeiçoamento da legislação pátria e para a inclusão social, contamos com o apoio dos nobres pares para o presente projeto.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO (PSB/PB)



SF/19740.36600-30



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4652, DE 2019

Obriga os estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes a concederem o dobro do período de tolerância para saída a idosos, pessoas com deficiência e seus acompanhantes.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - 8078/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>
- Lei nº 10.741, de 13 de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.652, de 2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que *obriga os estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes a concederem o dobro do período de tolerância para saída a idosos, pessoas com deficiência e seus acompanhantes*.

Relator: Senador **ROMÁRIO****I – RELATÓRIO**

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 4.652, de 2019, que obriga os estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes a concederem o dobro do período de tolerância para saída a idosos, pessoas com deficiência e seus acompanhantes.

Para tanto, a proposição cria lei nova e, em seu art. 1º, determina que às pessoas idosas e às com deficiência, bem como a seus acompanhantes, seja concedido dobro do tempo usual para que deixem os “estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes, mediante a comprovação da idade ou da condição de deficiente”. Em seu art. 2º, a proposição remete o descumprimento da norma às penas estipuladas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Por fim, o art. 3º do projeto estatui que a norma que dele eventualmente resultar entre em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Em suas razões, o autor louva a evolução das normas jurídicas brasileiras que protegem direitos de idosos e de pessoas com deficiência e

esclarece que sua iniciativa é a de aprimorar um sistema protetivo que realça a civilização brasileira. Argumenta também que lançou mão das sanções do Código do Consumidor em razão de sua de eficiência comprovada.

A proposição foi distribuída para exame desta Comissão e irá, em seguida, para apreciação terminativa pela Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Não se vê óbice de inconstitucionalidade ou de injuridicidade na matéria, que é conforme às leis e aos melhores valores da sociedade brasileira. No mesmo sentido, a proposição se encaixa bem no sentido geral da produção normativa brasileira sob a égide da Carta Magna de 1988. Também a iniciativa é adequada em termos de regimentalidade. Em razão disso tudo, louvamos o projeto, com o qual estamos de acordo.

Fazem-se, contudo, necessárias algumas alterações a bem da técnica legislativa, que, a despeito de sua extensão, não alteram um milímetro sequer a substância da ideia normativa apresentada.

Também será necessário remeter a matéria para regulamentação, em razão dos protocolos necessários para a aplicação de multas, conforme pretende a proposição.

III – VOTO

Em virtude do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.652, de 2019, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVA)

Dê-se ao Projeto de Lei nº 4.652, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e a Lei nº 13.416, de 6 de julho de 2015, para determinar a concessão de tempo em dobro para que idosos, pessoas com deficiência e seus

acompanhantes deixem os estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes.

Art. 2º O art. 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 41.

Parágrafo único. Às pessoas idosas e aos seus acompanhantes será concedido, nos termos do regulamento, o dobro do período de tolerância para saída dos estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes, mediante a comprovação da idade. ’ (NR)

Art. 3º O art. 47 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 47.

§ 5º Às pessoas com deficiência e aos seus acompanhantes será concedido, nos termos do regulamento, o dobro do período de tolerância para saída dos estacionamentos privados de shopping centers, centros comerciais ou estabelecimentos semelhantes, mediante a comprovação da idade ou da condição de pessoa com deficiência. ’ (NR)

4º O descumprimento desta lei acarretará, nos termos do regulamento, a aplicação de multa prevista no inciso I do art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da data de sua publicação. ”

Sala da Comissão,

Senador Romário
Partido Liberal /RJ
Relator

3

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 11, de 2019, do Programa e-Cidadania, cujo título é *fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais*.



Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão nº 11, de 2019, recebida no âmbito do Programa e-Cidadania, sugerindo a adoção de piso salarial de R\$ 4.800,00, para trinta horas semanais de trabalho, em benefício dos fisioterapeutas.

A Sugestão foi iniciada pelo Sr. Luis Gustavo Petroski, do Estado do Paraná, e busca definir um piso salarial de R\$ 4.800,00 para os fisioterapeutas, para trinta horas semanais de trabalho.

II – ANÁLISE

A CDH tem competência para analisar as Sugestões encaminhadas no âmbito do programa e-Cidadania, conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A Sugestão, no tocante ao seu conteúdo, diz respeito a tema de Direto do Trabalho, sendo de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 22, I da Constituição.

Não há, portanto, elementos que impeçam, do ponto de vista formal, seu processamento perante esta Comissão.

No mérito, somos favoráveis à sua aprovação.

De acordo com matéria veiculada no sítio eletrônico do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região (Crefito-3), o fisioterapeuta não tem salário compatível com as suas atribuições profissionais, chegando, em alguns casos, a ganhar apenas R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por uma jornada de trinta horas semanais.

Tal valor é demasiadamente baixo, quando comparado ao piso salarial de outros profissionais da área de saúde, como médicos, por exemplo, cujo piso salarial em 2019, de acordo com a Federação Nacional dos Médicos (FENAM), foi de R\$ 14.619,39 (quatorze mil seiscentos e dezenove reais e trinta e nove centavos), para uma jornada de vinte horas semanais de labor.

Não há razão plausível para a existência de tamanha disparidade salarial. O fisioterapeuta estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, sendo, portanto, peça essencial na preservação da saúde dos seres humanos.

Com a fisioterapia integrada na atenção básica, por exemplo, há o acompanhamento mais próximo da saúde da população atendida. Nesse âmbito, o fisioterapeuta atua, preferencialmente, com grupos populacionais, orientando sobre as posturas mais adequadas, exercícios de alongamento, relaxamento, respiratórios e orientações quanto à higiene pessoal, para cada grupo ou para cada situação. Destaca-se, nesta atuação preventiva, o trabalho em grupos de pessoas em idade escolar, de gestantes e de idosos.

Sua atuação tempestiva, portanto, evita diversos males à saúde de seus pacientes, ocasionando, inclusive, o desafogamento do Sistema Único de Saúde – SUS, que se vê desobrigado a providenciar tratamento para doenças mais graves que poderiam atingir o povo brasileiro.



SF/20932.36750-83

Por isso, necessário iniciar a discussão legislativa acerca do estabelecimento de um piso nacional mínimo para remunerar, de maneira digna, os serviços deste profissional.

O piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), neste primeiro juízo sobre a matéria, nos parece condigno com a atuação destes profissionais, evitando o aviltamento de tão nobre labor.

Com a participação dos representantes da sociedade civil, cuja oitiva acontecerá em audiências públicas a serem realizadas neste Senado Federal, a questão será melhor debatida, sempre no sentido de se encontrar a solução adequada para a remuneração condizente com a relevância social dos profissionais objeto da SUG nº 11, de 2019.

III – VOTO

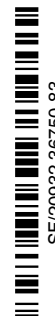
Pelo exposto, votamos pelo acolhimento da SUG nº 11, de 2019, concluindo, na forma do art. 102-E, I, e parágrafo único, I, pela apresentação do Projeto de Lei a seguir:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de trinta horas semanais, em favor dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:



SF/20932.36750-83

“Art. 1º

Parágrafo único. O piso salarial dos profissionais de que trata este artigo é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/20932.36750-83



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

MEMO. nº. 014/2019 – SCOM

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR PAULO PAIM

Assunto: **Ideia Legislativa nº. 113.533**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa nº 113.533, com o título **“Fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais”** (*sic*), que alcançou, no período de 01/11/2018 a 07/11/2018, apoio superior a 20.000 manifestações individuais, conforme a ficha informativa em anexo.

Respeitosamente,

Dirceu Vieira Machado Filho
Diretor da Secretaria de Comissões



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Ideia Legislativa nº 113.533

TÍTULO

Fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais *(sic)*

DESCRIÇÃO

O profissional será mais valorizado, pois atualmente não possui um salário adequado ao tamanho de suas atribuições e responsabilidades, Podendo ganhar menos que 2 salários por 30hs semanais em situações específicas. O que dificulta os investimentos em especializações e cursos de extensões. *(sic)*

MAIS DETALHES

É uma ciência da Saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, dessa forma o profissional é um peça importante no sistema de saúde, pois participa diretamente na atenção primária em saúde contribuindo no planejamento, investigação e estudos epidemiológicos, objetivando a prevenção e consequentemente a desafogando o SUS. *(sic)*

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome: Luis Gustavo Petroski

E-mail: luis_gustavopetroski@hotmail.com

UF: Paraná

PÁGINA DA IDEIA

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=113533>

DADOS DE CONTROLE DO E-CIDADANIA:

Data da publicação da ideia: 01/11/2018

Data de alcance dos apoios necessários: 07/11/2018

Total de apoios contabilizados até 14/02/2019: 21.012

4

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 9, de 2022, que visa a instituir *piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos*.

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Em análise, a Sugestão (SUG) nº 9, de 2022, que visa a instituir *piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos*.

A presente proposição, como indica a sua ementa, fixa o patamar de dois salários mínimos como o piso a ser pago para os Auxiliares em Saúde Bucal (ASB) e Técnicos em Saúde Bucal (TSB).

A justificativa da proposição reside na necessidade de valorizar financeiramente a atuação dos profissionais a que ela se destina, nos setores público e privado, que, em alguns entes da federação, percebem apenas um salário mínimo como contraprestação pelos seus serviços.

II – ANÁLISE

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, que regulamenta o programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Como a Ideia Legislativa obteve apoio de mais de 20.000 (vinte mil) cidadãos no período de 2 (dois) meses, o parágrafo único do art. 6º da referida Resolução determina que terá tratamento análogo ao conferido às sugestões legislativas previstas no art.102-E do RISF, sendo encaminhado a



esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para opinar sobre a sua admissibilidade e conteúdo.

Sobre o tema, cabe asseverar que é direito do trabalhador, nos termos do art. 7º, V, da Carta Magna, a fixação, via projeto de lei, de piso salarial compatível com a extensão e a complexidade do labor.

Nesse sentido, é dever deste Parlamento reconhecer a importância de profissões, como a ora analisada, que contribuem para a preservação da saúde do povo brasileiro, tal como feito na aprovação do piso salarial dos profissionais de enfermagem, previsto na Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

Na esteira dos profissionais da enfermagem, os ASB's e TSB's, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), também se expuseram sobremaneira à contaminação pelo referido agente patológico, não sendo justo que este Parlamento e a sociedade lhes negue o devido reconhecimento.

Assim, imperativa a fixação de piso salarial que a eles proporcione remuneração condizente com a importância de seu trabalho, motivo pelo qual a aprovação da SUG nº 9, de 2022, é salutar.

Entretanto, tendo em vista o disposto na Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal (STF), inviável a utilização do salário mínimo como indexador do referido piso monetário. Por isso, necessária a sua substituição por valores nominais, nos seguintes termos, a fim de se preservar a intenção do projeto em foco: a) R\$ 2.588,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais), para jornada laboral de vinte horas semanais; b) R\$ 3.882,00 (três mil, oitocentos e oitenta e dois reais), para jornada laboral de trinta horas semanais; e c) R\$ 5.176,00 (cinco mil, cento e setenta e seis reais), para jornada laboral de quarenta horas semanais. Todos esses valores, a fim de preservar os respectivos poderes aquisitivos, serão corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Indispensável, ainda, que, sobre os aludidos patamares, incida adicional de insalubridade de quarenta por cento, como contrapartida financeira ao risco laboral diário suportado pelos trabalhadores em comento.

Por fim, como reconhecimento da importância do trabalho dos Técnicos em Saúde Bucal, deve-se atualizar o rol de atribuições previsto no art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para conferir a seguinte redação ao seu inciso VII: realizar fotografias e operar equipamentos de



imaginologia e radiodiagnóstico odontológico exclusivamente em clínicas de radiologia odontológica, consultórios e clínicas odontológicas.

O acolhimento, portanto, da SUG nº 9, de 2022, na forma de projeto de lei, é medida que se impõe.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da SUG nº 9, de 2022, na forma do seguinte projeto de lei:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera o inciso VII do art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, e a ela acrescenta o art. 11-A, para atualizar as atribuições do Técnico em Saúde Bucal (TSB) e fixar piso salarial em prol dos referidos trabalhadores e do Auxiliar em Saúde Bucal (ASB).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso VII do art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º**

.....

VII - realizar fotografias e operar equipamentos de imaginologia e radiodiagnóstico odontológico exclusivamente em clínicas de radiologia odontológica, consultórios e clínicas odontológicas.

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:



“**Art. 11-A.** O piso salarial dos Auxiliares em Saúde Bucal (ASB) e Técnicos em Saúde Bucal (TSB), dos setores público e privado, será de:

I – R\$ 2.588,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais), para jornada de trabalho de vinte horas semanais;

II - R\$ 3.882,00 (três mil, oitocentos e oitenta e dois reais), para jornada de trabalho de trinta horas semanais; e

III - R\$ 5.176,00 (cinco mil, cento e setenta e seis reais), para jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

§ 1º Os valores previstos nos incisos I, II e III serão corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 2º Sobre os valores previstos nos incisos I, II e III incidirá adicional de insalubridade no montante de 40% (quarenta por cento).”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 17/2022/SCOM

Brasília, 6 de julho de 2022

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR HUMBERTO COSTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 161458.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO
FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 161458

Título

Piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos.

Descrição

Cada estado paga um valor diferente à essa classe de trabalhadores auxiliares de saúde bucal e técnicos em saúde bucal. Muitos estão à anos sem reajuste digno para a classe. Os que trabalham no serviço público chegam a ganhar apenas um salário mínimo com jornada de 40 h semanais. (sic)

Mais detalhes

O piso seria essencial pois o trabalho desses profissionais são também de extrema importância para área da saúde. Assim como os auxiliares e técnicos de enfermagem que já tiveram o piso salarial aprovado por lei. Tem os agentes comunitários e agentes de endêmicas. Os asbs e tsbs estão esquecidos. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Andreia Maria Toledo Pires

E-mail: andreiatoledo13@hotmail.com

UF: MG

Data da publicação da ideia: 05/04/2022

Data de alcance dos apoios necessários: 07/06/2022

Total de apoios contabilizados até 05/07/2022: 20.915

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=161458>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

UF	APOIOS
AC	104
AL	485
AM	216
AP	365
BA	1.163
CE	1.371
DF	422
ES	478
GO	504
MA	293
MG	2.397
MS	457
MT	168
PA	699
PB	1.039
PE	1.158
PI	885
PR	679
RJ	2.088
RN	1.272
RO	258
RR	111
RS	709
SC	456
SE	1.054
SP	1.976
TO	108
TOTAL	20.915



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
1	AC	ADRIANA OKABAYASHI RAMOS DR****@GMAIL.COM
2	AC	ALEXANDRE NEGRELI AL****@GMAIL.COM
3	AC	ALICE LIMA AL****@GMAIL.COM
4	AC	ANA BEATRIZ NE****@GMAIL.COM
5	AC	ANAILTON SILVA DO NASCIMENTO AN****@GMAIL.COM
6	AC	ANA PATRICIA KA****@GMAIL.COM
7	AC	ANA PAULA FAICO PA****@GMAIL.COM
8	AC	ANDREA DA SILVA SANTOS AN****@GMAIL.COM
9	AC	ANDREIA CARITA SERRA AN****@TERRA.COM.BR
10	AC	ANTONIETA SOUSA AN****@GMAIL.COM
11	AC	ANTONIO FRANCISCO MOREIRA AN****@GMAIL.COM
12	AC	BEATRIZ SOARES BY****@GMAIL.COM
13	AC	BRUNO ARAUJO AR****@GMAIL.COM
14	AC	BRUNO FERREIRO OLIVEIRA BR****@GMAIL.COM
15	AC	BRUNO REDIVO DINIZ BR****@HOTMAIL.COM
16	AC	CAMILA CAMPOS CAVASIN CA****@GMAIL.COM
17	AC	CAMILA JOYCE BATISTA DE MESQUITA JO****@GMAIL.COM
18	AC	CLAUDIA ADRIANE GRAVA CL****@HOTMAIL.COM
19	AC	CLAUDIO CAVALLARO CC****@GMAIL.COM
20	AC	CLEITOEKATILIMA JKL JK****@GMAIL.COM
21	AC	CRISTIANE VIEIRA GANUM KR****@GMAIL.COM
22	AC	DARLENE RAMOS DA****@HOTMAIL.COM
23	AC	DEBORA CANJANI DE****@HOTMAIL.COM
24	AC	DEB TAUMATURGO DE****@GMAIL.COM
25	AC	DEMETRIO CAVALCANTE DE****@GMAIL.COM
26	AC	EDSON CASCIANO CA****@GMAIL.COM
27	AC	ELIANE JULIO19@EC.GMAIL.COM CHAVES EL****@GMAIL.COM
28	AC	ELTON DANTAS EL****@GMAIL.COM
29	AC	ERBENIA DA SILVA FELIX ROCHA ER****@YAHOO.COM.BR
30	AC	ERICA LORRANE FAGUNDES ER****@GMAIL.COM
31	AC	ERIC PATRICK ER****@GMAIL.COM
32	AC	ESTEFANY DIAS ES****@GMAIL.COM
33	AC	EVANDRO ARTUR DA ROCHA VA****@ICLOUD.COM
34	AC	FATIMA VASCONCELOS VA****@GMAIL.COM
35	AC	FERNANDA DIAS NA****@YAHOO.COM.BR
36	AC	FERNANDA MACHADO FE****@YAHOO.COM.BR
37	AC	FRANCOISE BARBOSA DE BRITO SOARES FR****@GMAIL.COM
38	AC	GILCILENE GADELHA GI****@GMAIL.COM
39	AC	GRAZI MACHADO GR****@HOTMAIL.COM
40	AC	HELENA OLIVEIRA HE****@GMAIL.COM
41	AC	JACIMARA DA SILVA JA****@GMAIL.COM
42	AC	JAIRA CORREA JA****@GMAIL.COM
43	AC	JEAN BARRETO SA****@GMAIL.COM
44	AC	JESSICA THALMA PC****@GMAIL.COM
45	AC	JOAO DE LIMA PEREIRA BR****@GMAIL.COM
46	AC	JONATAS RODRIGUES RO****@HOTMAIL.COM
47	AC	JOSE RICARDO AZEVEDO DOS SANTOS JR****@GMAIL.COM
48	AC	JUBILEU GONCALVES JU****@GMAIL.COM
49	AC	JUCICLEITO LIMA JU****@GMAIL.COM
50	AC	JU LIA JU****@GMAIL.COM
51	AC	KAIO AUGUSTO KA****@GMAIL.COM
52	AC	KATICELANE TAVARES KA****@GMAIL.COM
53	AC	LARA MARTINS LA****@HOTMAIL.COM
54	AC	LARISSA ALENCAR LA****@YAHOO.COM.BR
55	AC	LUCAS REIS LU****@GMAIL.COM
56	AC	LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA LU****@GMAIL.COM
57	AC	MARCIA MENDONCA MA****@GMAIL.COM
58	AC	MARCOS TULIO BREGOLA MT****@UOL.COM.BR
59	AC	MARIA ANTONIA SILVA DA SILVA TO****@GMAIL.COM
60	AC	MARIA ESTELA LIVELLI ES****@GMAIL.COM
61	AC	MARIA MADALENA MARCOLINO DE OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
62	AC	MARIANA VIEIRA RN****@GMAIL.COM
63	AC	MARIA ZEINAR SOUZA DA SILVA MZ****@GMAIL.COM
64	AC	MARICELIA SILVA DE LIMA MA****@GMAIL.COM
65	AC	MARILDA ASF MA****@GMAIL.COM
66	AC	MARILIA GABRIELA MA****@GMAIL.COM
67	AC	MARISA PEREIRA DA SILVA MARCONDES MA****@YAHOO.COM.BR
68	AC	MARLI SOUZA MA****@GMAIL.COM
69	AC	MARLON PEREIRA DA SILVA BARBOSA MA****@GMAIL.COM
70	AC	MARLUCI LUCIO MA****@GMAIL.COM
71	AC	MATEUS CARNEIRO MA****@GMAIL.COM
72	AC	MATEUS LUCAS LU****@GMAIL.COM
73	AC	MAURI JUNIOR MA****@GMAIL.COM
74	AC	MAYANE KELLY MACEDO DE SOUZA MA****@GMAIL.COM
75	AC	NAIANDRA FEITOZA NA****@GMAIL.COM
76	AC	NICE CAROLINA CHAVES GUIMARAES 81****@SOUCLARETIANO.EDU.BR
77	AC	NIGERFSON DA SILVA BARBOSA NI****@HOTMAIL.COM
78	AC	PAULO SOUZA PM****@GMAIL.COM
79	AC	PEDRO JUNIOR SR****@GMAIL.COM
80	AC	PEDRO QUEIROZ JUNIOR PJ****@HOTMAIL.COM
81	AC	RAQUEL ARAUJO DA SILVA RA****@GMAIL.COM
82	AC	RAQUEL MATOS RA****@GMAIL.COM
83	AC	RAUL LUZ RA****@GMAIL.COM
84	AC	RAY COELHO RA****@GMAIL.COM
85	AC	REBECA BULHOES RE****@GMAIL.COM
86	AC	REBECA DA CUNHA COSTA RE****@GMAIL.COM
87	AC	REGINA SANTOS RE****@GMAIL.COM
88	AC	RENILSON CANTUARIO CA****@GMAIL.COM
89	AC	ROGERIO ARAUJO RO****@GMAIL.COM
90	AC	RUAN VITACZIK RU****@GMAIL.COM
91	AC	RUTE TEIXEIRA RU****@GMAIL.COM
92	AC	SEGURANCA DO ZONA VI****@OUTLOOK.COM
93	AC	SERGIO DAVID CHAMMA SD****@TERRA.COM.BR
94	AC	SILVIA BRAZ SI****@GMAIL.COM
95	AC	SUZANE ANDREA TEIXEIRA NASCIMENTO SU****@GMAIL.COM
96	AC	TAIANE SILVA ALMEIDA TH****@HOTMAIL.COM
97	AC	TALINNE ARAUJO TA****@GMAIL.COM
^C TALITA MAYELLE MEIRELES DA PENHA TM****@GMAIL.COM		
^C VANESSA AMBROZZI WE****@HOTMAIL.COM		
AC VANIA VIVEIROS VA****@GMAIL.COM		
AC VINICIUS SANTOS VI****@GMAIL.COM		
AC VITOR MATHEUS VI****@GMAIL.COM		
AC WAYNNER SILVA E SILVA WA****@GMAIL.COM		



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
104	AC	YASMIN LAYNE YA****@GMAIL.COM
105	AL	ADAIAS MARCOS ADAIAS AD****@HOTMAIL.COM
106	AL	ADAILTON ISNAL AD****@GMAIL.COM
107	AL	ADINAIR RAMOS RA****@GMAIL.COM
108	AL	ADRIANA CAVALCANTE AD****@GMAIL.COM
109	AL	ADRIANA MARCOLINO DA SILVA AD****@HOTMAIL.COM
110	AL	AECIO FEIJO DA SILVA AE****@GMAIL.COM
111	AL	ALANICE ATAIDE NI****@GMAIL.COM
112	AL	ALCIELE TOME DOS SANTOS AL****@HOTMAIL.COM
113	AL	ALDENIZIA KASSIA KA****@GMAIL.COM
114	AL	ALE SILVA AL****@GMAIL.COM
115	AL	ALESSANDRA ARQUILINO DA SILVA ALEXANDRE AL****@GMAIL.COM
116	AL	ALESSANDRA COSTA AC****@GMAIL.COM
117	AL	ALESSANDRA FERRO AC****@GMAIL.COM
118	AL	ALESSANDRA RODRIGUES MOURA PESSOA DE LIMA AL****@GMAIL.COM
119	AL	ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS AL****@HOTMAIL.COM
120	AL	ALEXANDRE NOVELLETTO AL****@HOTMAIL.COM
121	AL	ALEX FERREIRA AF****@GMAIL.COM
122	AL	ALICE JULIANA LIMA PIMENTEL AJ****@GMAIL.COM
123	AL	ALICE RODRIGUES AL****@GMAIL.COM
124	AL	ALINE LAURINDO DE FARIAS AL****@GMAIL.COM
125	AL	ALINE OLIVEIRA AL****@GMAIL.COM
126	AL	ALINE RODRIGUES RODRIGUES AL****@GMAIL.COM
127	AL	ALINE VIEIRA SILVA DI****@GMAIL.COM
128	AL	ALISSON MORAES AS****@GMAIL.COM
129	AL	AMANDA DO NASCIMENTO COUTO AM****@GMAIL.COM
130	AL	AMANDA EMANUELLE MARIA SANTOS MOREIRA AM****@GMAIL.COM
131	AL	AMELIA DUARTE LL****@HOTMAIL.COM
132	AL	AMS MARQUES AM****@GMAIL.COM
133	AL	ANA ALICE ARAUJO AN****@GMAIL.COM
134	AL	ANA BEATRIZ SOARES DA SILVA AN****@GMAIL.COM
135	AL	ANA CAROLINA AN****@GMAIL.COM
136	AL	ANA CASSIA MORAIS AN****@GMAIL.COM
137	AL	ANA CECILIA DOS SANTOS LIMA CE****@OUTLOOK.COM
138	AL	ANALUZIA DE AMORIM BARBOSA AN****@GMAIL.COM
139	AL	ANA PAULA AN****@GMAIL.COM
140	AL	ANA PAULA ZEFERINO AN****@GMAIL.COM
141	AL	ANDRESA BARBOSA BA****@GMAIL.COM
142	AL	ANDRESA SILVA AN****@GMAIL.COM
143	AL	ANGELA MARIA AN****@GMAIL.COM
144	AL	ANGELICA VIEIRA AN****@GMAIL.COM
145	AL	ANNA KALLINY TAVARES LA****@GMAIL.COM
146	AL	ANNA MARIA MACIEL AN****@GMAIL.COM
147	AL	ANNE LLIMA AN****@GMAIL.COM
148	AL	ANNE S2 AN****@GMAIL.COM
149	AL	ANNY CAVALCANTE CA****@GMAIL.COM
150	AL	ANNY LIS CAVALCANTE LIMA AN****@GMAIL.COM
151	AL	ANTHONY LUIZ AN****@GMAIL.COM
152	AL	ANTHONY STEPHEN ARAUJO OLIVEIRA AN****@GMAIL.COM
153	AL	ANTONIO VITOR AN****@GMAIL.COM
154	AL	ARIANA DA FONSECA SILVA AR****@GMAIL.COM
155	AL	ARIANA GONCALVES SILVA AR****@GMAIL.COM
156	AL	ARIANE GONCALVES SILVA TH****@GMAIL.COM
157	AL	ARIELA AQUINO AR****@GMAIL.COM
158	AL	ARI FONTINELLI OL****@GMAIL.COM
159	AL	ARTHUR HENRIQUE NORBERTO SILVA NO****@GMAIL.COM
160	AL	ATALIBA TAVARES SL****@GMAIL.COM
161	AL	AUDELIR PETUBA AU****@GMAIL.COM
162	AL	AUDIRLENE PONTES MELO LE****@GMAIL.COM
163	AL	BARBARA RAFAELA MAXIMO DE OLIVEIRA BA****@GMAIL.COM
164	AL	BEATRIZ DA SILVA BE****@GMAIL.COM
165	AL	BEATRIZ OLIVEIRA BE****@GMAIL.COM
166	AL	BENICIO DENISE BE****@GMAIL.COM
167	AL	BIA FIREMAN DE MENDONCA BI****@GMAIL.COM
168	AL	BIANCA BEATRIZ BI****@GMAIL.COM
169	AL	BRAULINA BEZERRA BR****@GMAIL.COM
170	AL	BRENO OF BR****@GMAIL.COM
171	AL	BRICIO OMENA BR****@GMAIL.COM
172	AL	BRUNA LOPES ME****@GMAIL.COM
173	AL	BRUNA SILVA BR****@GMAIL.COM
174	AL	BRUNO ISRAEL BR****@GMAIL.COM
175	AL	BRUNO WALKER RI****@GMAIL.COM
176	AL	BY RITA RI****@HOTMAIL.COM
177	AL	CAMILA BETANIA PEREIRA DA SILVA PI****@GMAIL.COM
178	AL	CARLA FRAGOSO PEIXOTO CA****@HOTMAIL.COM
179	AL	CARLA MONIQUE CA****@GMAIL.COM
180	AL	CARLOS COSTA CA****@GMAIL.COM
181	AL	CARLOS COSTA CA****@GMAIL.COM
182	AL	CARLOS EMANUEL NO****@GMAIL.COM
183	AL	CARLOS FERREIRA DOS SANTOS NETO CA****@GMAIL.COM
184	AL	CARLOS NAV CA****@GMAIL.COM
185	AL	CAROLINA ROCHA DOS SANTOS CA****@GMAIL.COM
186	AL	CAROLINE NASCIMENTO CA****@GMAIL.COM
187	AL	CASSIA LUIZA DE OLIVEIRA SANTOS NU****@GMAIL.COM
188	AL	CASSIO LUAN DE OLIVEIRA SANTOS CA****@GMAIL.COM
189	AL	CATARINA ALMEIDA CA****@GMAIL.COM
190	AL	CAUA MAGALHAES JC****@GMAIL.COM
191	AL	CELIA REJANE LOPES DO NASCIMENTO RE****@HOTMAIL.COM
192	AL	CELINA FERREIRA GAMA GOMES CE****@HOTMAIL.COM
193	AL	CHIRLEY SILVA CH****@GMAIL.COM
194	AL	CHRISTIANE RIBEIRO CH****@OUTLOOK.COM
195	AL	CIBELLE ALBUQUERQUE CI****@GMAIL.COM
196	AL	CIDINHA MELO MC****@GMAIL.COM
197	AL	CINIRA LUANA OLIVEIRA DOS SANTOS CI****@GMAIL.COM
198	AL	CINTHYA SILVA DE LIMA CI****@GMAIL.COM
199	AL	CLAUDIA RANY CL****@GMAIL.COM
200	AL	CLEDIANE VITOR CL****@GMAIL.COM
	AL	CLIENTE SILVA RO****@GMAIL.COM
	AL	CONCEICAO PASSOS CO****@HOTMAIL.COM
	AL	CRISTHIANO CASSEMIRO CR****@GMAIL.COM
	AL	CRISTIANE BRAGA CR****@GMAIL.COM
	AL	CRISTIANE SOUTO SO****@GMAIL.COM
	AL	CRISTINA VASCONCELOS CR****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
207	AL	CRISTOVAO MOURA DE SOUZA BC****@GMAIL.COM
208	AL	CROMMA ODONTO CR****@GMAIL.COM
209	AL	DAIANA ALVES DA SILVA DA****@GMAIL.COM
210	AL	DAIANE MORGANE NUNES SANTOS DA****@GMAIL.COM
211	AL	DAIRES MELO ROCHA BEZERRA OLIVEIRA DA****@HOTMAIL.COM
212	AL	DAMIS PEREIRA DA****@HOTMAIL.COM
213	AL	DANIELA SANTOS JA****@GMAIL.COM
214	AL	DANIELE DA SILVA FERREIRA DA****@ICLOUD.COM
215	AL	DANIELE MORENO TU****@GMAIL.COM
216	AL	DANIEL SANTANA DA****@GMAIL.COM
217	AL	DANILAACIOLE123@HOTMAIL.COM ACIOLE DA****@GMAIL.COM
218	AL	DANI QUARESMA DA****@GMAIL.COM
219	AL	DANY BRASILEIRO DA****@GMAIL.COM
220	AL	DASILVA VIEIRA DA****@GMAIL.COM
221	AL	DAVI AFONSO AM****@GMAIL.COM
222	AL	DAVI RIVERS LA****@GMAIL.COM
223	AL	DAYANE CLARINDO DA****@GMAIL.COM
224	AL	DEBORA MELLO DE****@GMAIL.COM
225	AL	DEILIANE MARIA DE****@HOTMAIL.COM
226	AL	DEISE LEAO DE****@GMAIL.COM
227	AL	DEISE LEAO DE****@GMAIL.COM
228	AL	DENYSE LAVINIA DE****@GMAIL.COM
229	AL	DEUSDETE EVARISTO MACENA DE****@GMAIL.COM
230	AL	DEYWISSON LOPES DE****@GMAIL.COM
231	AL	DILEUZA ALMEIDA BENJAMIM DI****@GMAIL.COM
232	AL	DIOGO COSTA DI****@GMAIL.COM
233	AL	DIOGO SANTOS CARDOSO DY****@GMAIL.COM
234	AL	DIONE FELICIANO DI****@GMAIL.COM
235	AL	ECLEDNA ANDRADE EC****@GMAIL.COM
236	AL	EDCARLOS COSTA CO****@GMAIL.COM
237	AL	EDGLEMES EUSTAQUIO GM****@GMAIL.COM
238	AL	EDIANE DE LIMA ED****@GMAIL.COM
239	AL	EDILENE HONORATO LY****@GMAIL.COM
240	AL	EDIMILTON GUEIROS ED****@GMAIL.COM
241	AL	EDLUCIA ALEXANDRE ED****@GMAIL.COM
242	AL	EDMILSON PROCOPIO PR****@GMAIL.COM
243	AL	EDNA MARIA DOS ANJOS SILVA ED****@GMAIL.COM
244	AL	EDUARDO FAUSTINO FA****@GMAIL.COM
245	AL	EDUARDO MARIO ED****@GMAIL.COM
246	AL	ELAINE LIMA EL****@GMAIL.COM
247	AL	ELDA SOARES SO****@GMAIL.COM
248	AL	ELIANE BRASILEIRO EL****@GMAIL.COM
249	AL	ELIAN SANTOS SA****@GMAIL.COM
250	AL	ELIDA CAVALCANTE EL****@GMAIL.COM
251	AL	ELIENE MARINHO PINTO LI****@GMAIL.COM
252	AL	ELIETE OLIVEIRA EL****@GMAIL.COM
253	AL	ELINE ALVES EL****@GMAIL.COM
254	AL	ELISABETE QUEIROZ QU****@GMAIL.COM
255	AL	ELISANGELA SOARES DE BRITO SO****@GMAIL.COM
256	AL	ELISSANDRA SOARES SA****@GMAIL.COM
257	AL	ELIZIAN OLIVEIRA EL****@GMAIL.COM
258	AL	EMANOEL DOS SANTOS EM****@GMAIL.COM
259	AL	EMERSON NASCIMENTO EM****@GMAIL.COM
260	AL	EMERSON SILVA EM****@GMAIL.COM
261	AL	EMERSON SILVA EV****@GMAIL.COM
262	AL	EMYLLE BARROS EM****@GMAIL.COM
263	AL	ERALDO JORDAO ER****@GMAIL.COM
264	AL	ERIVALDO BARBOSA DA SILVA ER****@GMAIL.COM
265	AL	ESTALENE CORREIA ES****@GMAIL.COM
266	AL	ESTELA LARISSA RIBEIRO SAMPAIO ES****@GMAIL.COM
267	AL	FABIANA ALVES DA SILVA FA****@GMAIL.COM
268	AL	FABIANA DE MEDEIROS BORGES FA****@HOTMAIL.COM
269	AL	FABIANA TEIXEIRA DA SILVA FA****@GMAIL.COM
270	AL	FABIO DA SILVA TEIXEIRA FA****@OUTLOOK.COM
271	AL	FABRICIA FREITAS FA****@GMAIL.COM
272	AL	FABRICIA NUNES FONSECA NF****@GMAIL.COM
273	AL	FABY EPIFANIO BI****@GMAIL.COM
274	AL	FAMILIA LOPES CA****@GMAIL.COM
275	AL	FAMILIA MODERNA FA****@GMAIL.COM
276	AL	FAMILIA SILVA FS****@GMAIL.COM
277	AL	FATIMA GONZAGA GO****@GMAIL.COM
278	AL	FELLIPE DILL DE****@GMAIL.COM
279	AL	FELLIPE RUFINO MELO FE****@GMAIL.COM
280	AL	FERNANDA TOBIAS FE****@GMAIL.COM
281	AL	FLAVIA CRISTINA DANTAS FL****@HOTMAIL.COM
282	AL	FLAVIA XAVIER FL****@GMAIL.COM
283	AL	FLAVIO PAULINO DE ASSIS PAULINO FL****@GMAIL.COM
284	AL	FRANCINE COSTA FT****@GMAIL.COM
285	AL	FRANCISCO DUARTE 82****@GMAIL.COM
286	AL	GABRIEL ILAN GA****@GMAIL.COM
287	AL	GABRIELLA SILVA GA****@GMAIL.COM
288	AL	GBL FFX7 GA****@GMAIL.COM
289	AL	GE FERREIRA FE****@GMAIL.COM
290	AL	GERALDO SANTOS CORDEIRO GE****@GMAIL.COM
291	AL	GICLEANE MOURA GI****@GMAIL.COM
292	AL	GILMARA DE OLIVEIRA FERREIRA GI****@GMAIL.COM
293	AL	GILSA RIVALDO DOS SANTOS GI****@GMAIL.COM
294	AL	GILVANIA SEGOVIA SE****@GMAIL.COM
295	AL	GIRLENE LIMA LI****@GMAIL.COM
296	AL	GISELE BISPO GI****@GMAIL.COM
297	AL	GISLEIDE MARQUES GI****@GMAIL.COM
298	AL	GIZELLE LAYS GI****@GMAIL.COM
299	AL	GLEICE FREITAS GL****@GMAIL.COM
300	AL	GRACA VASCONCELOS GR****@GMAIL.COM
301	AL	GRACE ANNE LIMA DO NASCIMENTO GR****@GMAIL.COM
302	AL	GUSTAVO FELIX CORREIA GU****@GMAIL.COM
303	AL	HDHD BSHDBD ES****@GMAIL.COM
	AL	HELIOMARCOS MATIAS HE****@GMAIL.COM
	AL	HENRIQUE CALDEIDA HE****@GMAIL.COM
	AL	HENRIQUE COUTINHO HE****@GMAIL.COM
	AL	HENRIQUE FEITOSA HE****@GMAIL.COM
	AL	HENRIQUE SANTOS DE MENEZES HENRIQUE DE MENEZES HE****@GMAIL.COM
	AL	HIAGO MIGUEL ABREU DE ATAIDE MI****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
310	AL	IAN ALEXANDRE AL****@GMAIL.COM
311	AL	IARA NOGUEIRA IA****@HOTMAIL.COM
312	AL	IGOR BARROS PONTES LIMA IG****@GMAIL.COM
313	AL	IGOR CALADO IC****@GMAIL.COM
314	AL	IGORRAY TENORIO LE****@GMAIL.COM
315	AL	INES CLEMENTE IN****@GMAIL.COM
316	AL	IONE PEREIRA IO****@GMAIL.COM
317	AL	IRENE ELIAS IR****@GMAIL.COM
318	AL	ISABELY AMORIM LIRA DE ARAUJO IS****@GMAIL.COM
319	AL	ISRA ELIAS VS****@GMAIL.COM
320	AL	ITAMARA LOPES IT****@GMAIL.COM
321	AL	ITTALO HENRIQUE IT****@HOTMAIL.COM
322	AL	IVANISE R. DE ASEVEDO RODRIGUES IV****@GMAIL.COM
323	AL	IZABELLA MARIA IZ****@GMAIL.COM
324	AL	IZAURA MARIA DA ENCARNACAO IZ****@HOTMAIL.COM
325	AL	JACIARA SOUZA DA SILVA FE****@GMAIL.COM
326	AL	JACIELLY CRISTINA ANDRADE NASCIMENTO JA****@GMAIL.COM
327	AL	JACKELINE MATOS DA SILVA JA****@GMAIL.COM
328	AL	JACQUELINE BEZERRA BE****@GMAIL.COM
329	AL	JACQUELINE FEITOSA JA****@GMAIL.COM
330	AL	JACQUELINE MARINHO JM****@GMAIL.COM
331	AL	JAILSON AMORIM JA****@GMAIL.COM
332	AL	JAMERSON SILVA JA****@GMAIL.COM
333	AL	JAMES SOARES BRITO JA****@GMAIL.COM
334	AL	JAMILY SILVA JS****@GMAIL.COM
335	AL	JANAINA DUARTE DU****@GMAIL.COM
336	AL	JANEIDE DA SILVA FEITOSA DA****@GMAIL.COM
337	AL	JANIELLY CAVALCANTE LU****@GMAIL.COM
338	AL	JANIO SANTOS SILVA JA****@HOTMAIL.COM
339	AL	JAUDIER MELO MELO JA****@GMAIL.COM
340	AL	JAYLLANE ALMEIDA JA****@GMAIL.COM
341	AL	JEANE COSTA DA SILVA JE****@GMAIL.COM
342	AL	JEFFERSON DA SILVA RO****@GMAIL.COM
343	AL	JEFFERSON PEDRO OLIVEIRA DE GUSMAO PE****@HOTMAIL.COM
344	AL	JENIFER DA SILVA BEZERRA JE****@GMAIL.COM
345	AL	JESSICA DAYANE DE SOUZA WANDERLEY FERNANDES J ****@HOTMAIL.COM
346	AL	JESSICA PRADO CA****@GMAIL.COM
347	AL	JHONATHANY DE OLIVEIRA SILVA JH****@GMAIL.COM
348	AL	JOANA BERNARDO BE****@GMAIL.COM
349	AL	JOAO JOAQUIM JE****@GMAIL.COM
350	AL	JOAO NETO JV****@GMAIL.COM
351	AL	JOAO SOUZA JO****@FDA.UFAL.BR
352	AL	JOCEMILDO JUNIOR JU****@HOTMAIL.COM
353	AL	JOCIELMA SILVA JO****@GMAIL.COM
354	AL	JOHNATAN FERREIRA FE****@GMAIL.COM
355	AL	JOISE LUCIA DA SILVA COSTA JO****@GMAIL.COM
356	AL	JOISE LUCIA DA SILVA COSTA JO****@HOTMAIL.COM
357	AL	JOSE ADEILDO AD****@GMAIL.COM
358	AL	JOSE ARNILDO OLIVEIRA JA****@GMAIL.COM
359	AL	JOSE CICERO DO NASCIMENTO SANTOS CI****@YAHOO.COM
360	AL	JOSE CICERO MELO DOS SANTOS JO****@GMAIL.COM
361	AL	JOSE DE LADO JO****@GMAIL.COM
362	AL	JOSE ERY'S JOHNATAN DOS SANTOS CARMO ER****@GMAIL.COM
363	AL	JOSEFA MARIA JO****@GMAIL.COM
364	AL	JOSE FERNANDO DA SILVA FE****@ICLOUD.COM
365	AL	JOSE GUSTAVO CONCEICAO DOS SANTOS GU****@GMAIL.COM
366	AL	JOSE PAULO JP****@GMAIL.COM
367	AL	JOSE RICARDO DOS SANTOS JR****@GMAIL.COM
368	AL	JOSIELMA JESUS DA SILVA JO****@GMAIL.COM
369	AL	JOYCE ALVES JO****@GMAIL.COM
370	AL	JOZANES VIEIRA JO****@GMAIL.COM
371	AL	JULIANA LIRA JU****@GMAIL.COM
372	AL	JULIANA OLIVEIRA JU****@GMAIL.COM
373	AL	JULIANA PEREIRA DA SILVA JU****@GMAIL.COM
374	AL	JULIANA SANTANA LE****@HOTMAIL.COM
375	AL	KAL ARAUJO09 KA****@GMAIL.COM
376	AL	KALINE DE OLIVEIRA SILVA KA****@GMAIL.COM
377	AL	KALYNE MARIA DA SILVA KA****@HOTMAIL.COM
378	AL	KARLA LETYCIA DO NASCIMENTO GUILHERMINO DA CRUZ KA****@GMAIL.COM
379	AL	KARLA MONTEIRO KA****@GMAIL.COM
380	AL	KAROLLAYNE PEREIRA PE****@GMAIL.COM
381	AL	KAROL SANTOS KA****@GMAIL.COM
382	AL	KARYNE SANTOS KA****@GMAIL.COM
383	AL	KATHELLYN LAYANE ZI****@GMAIL.COM
384	AL	KATIANA SILVA DE ALMEIDA KS****@HOTMAIL.COM
385	AL	KEROLEN18 ALVES KE****@GMAIL.COM
386	AL	KESSIA SOUZA KE****@GMAIL.COM
387	AL	KHAYQUE ROGERIO KH****@GMAIL.COM
388	AL	KLEIDIVAN SILVA KL****@GMAIL.COM
389	AL	LAIANE SABINO DA SILVA SA****@GMAIL.COM
390	AL	LANAY BARBOSA LA****@GMAIL.COM
391	AL	LARISSA REIS LA****@GMAIL.COM
392	AL	LARISSE SANTOS SL****@GMAIL.COM
393	AL	LARY SILVA HI****@GMAIL.COM
394	AL	LAURA RAYSSA ROCHA DE OLIVEIRA LA****@ALUNO.EDUC.AL.GOV.BR
395	AL	LEONARDO JOSE AMORIM SACRAMENTO LE****@GMAIL.COM
396	AL	LEONARDO TERTULIANO LE****@GMAIL.COM
397	AL	LETICIA BEATRIZ ALVES NOBRE LB****@GMAIL.COM
398	AL	LETICIA CASTRO LE****@GMAIL.COM
399	AL	LETICIA SANTOS GOMES LE****@GMAIL.COM
400	AL	LIDICE LINS LI****@GMAIL.COM
401	AL	LILIANA MELO LI****@HOTMAIL.COM
402	AL	LILIANE MARIA MA****@GMAIL.COM
403	AL	LILIANE SOARES LI****@GMAIL.COM
404	AL	LIVIA OLIVEIRA LI****@GMAIL.COM
405	AL	LUA ANDRADE LU****@LIVE.COM
406	AL	LUANA AMORIM AM****@GMAIL.COM
	AL	LUANA CAROLINE LU****@GMAIL.COM
	AL	LUANA CARVALHO LU****@HOTMAIL.COM
	AL	LUANNA STHEFANYE ST****@GMAIL.COM
	AL	LUAN SOUZA AL LU****@GMAIL.COM
	AL	LUCAS JORDAN LU****@GMAIL.COM
	AL	LUCIANA SANTOS LU****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
413	AL	LUCIANO LOPES DA SILVA DA****@GMAIL.COM
414	AL	LUCIDALVA TAVARES TA****@GMAIL.COM
415	AL	LUCILANE TERTULIANO LU****@GMAIL.COM
416	AL	LUCIMARA SANTOS VIEIRA LU****@GMAIL.COM
417	AL	LUCINEIDESANTOS SANTOS LU****@GMAIL.COM
418	AL	LUCIVANIA LIMA DA SILVA LU****@GMAIL.COM
419	AL	LUCY OLIVEIRA LU****@GMAIL.COM
420	AL	LUIZ FELIPE FAUSTINO DA SILVA SANTOS LF****@GMAIL.COM
421	AL	LUIZ MOURA LU****@GMAIL.COM
422	AL	LUKAS COUTO LU****@GMAIL.COM
423	AL	LUZIA VIEIRA LU****@GMAIL.COM
424	AL	MAIS SORRISO CL****@GMAIL.COM
425	AL	MAKSON RAFAEL MK****@GMAIL.COM
426	AL	MANUAL BERNARDO MA****@GMAIL.COM
427	AL	MARA MARINNA MA****@GMAIL.COM
428	AL	MARCELA TRAJANO SANTOS MA****@HOTMAIL.COM
429	AL	MARCELO CARLOS VI****@GMAIL.COM
430	AL	MARCIA CRISTINA MA****@GMAIL.COM
431	AL	MARCIA REGINA SILVA DE MELO GI****@HOTMAIL.COM
432	AL	MARCIA SARANNA MA****@GMAIL.COM
433	AL	MARCIA SILVA DE LIMA MA****@GMAIL.COM
434	AL	MARCOS ANTONIO DE ARAUJO MA****@HOTMAIL.COM
435	AL	MARCOS MACIEL MA****@GMAIL.COM
436	AL	MARCOS SILVANO SILVA VA****@GMAIL.COM
437	AL	MARCUS CORREA MENDES FA****@GMAIL.COM
438	AL	MARIA ALINE FERRO AL****@GMAIL.COM
439	AL	MARIA BEATRIZ GAMA MA****@GMAIL.COM
440	AL	MARIA CRISVALMA DI****@GMAIL.COM
441	AL	MARIA DE LOURDES GUERRA DA SILVA LO****@HOTMAIL.COM
442	AL	MARIA DE OLIVEIRA SOARES MA****@GMAIL.COM
443	AL	MARIA ISABELA PADILHA RIBEIRO DAMASCENO MI****@HOTMAIL.COM
444	AL	MARIA JOSE ALVES BEZERRA KL****@GMAIL.COM
445	AL	MARIA JOSE DA CONCEICAO MA****@GMAIL.COM
446	AL	MARIA JOSE RIVALDO DOS SANTOS MA****@GMAIL.COM
447	AL	MARIA LEIZIANE PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA LE****@GMAIL.COM
448	AL	MARIA LUCIANA ROCHA MA****@GMAIL.COM
449	AL	MARIA SANDRA SA BORGES SA****@HOTMAIL.COM
450	AL	MARIA VERA VM****@GMAIL.COM
451	AL	MARILIA CARVALHO DE OLIVEIRA LI****@HOTMAIL.COM
452	AL	MARILIA CARVALHO MA****@GMAIL.COM
453	AL	MARIO VIANA MA****@GMAIL.COM
454	AL	MARLENE DA SILVA MA****@GMAIL.COM
455	AL	MARRYARA PIETRA DA SILVA BATISTA MA****@GMAIL.COM
456	AL	MARTA SANTOS MA****@GMAIL.COM
457	AL	MARYA MARYLIA MA****@GMAIL.COM
458	AL	MATHEUS EMANUEL AMORIM CARDOSO MA****@GMAIL.COM
459	AL	MAURICIO DIONIZIO DA SILVA MA****@HOTMAIL.COM
460	AL	MAURICIO MARCELINO ALVES M. ****@HOTMAIL.COM
461	AL	MENINOS CACADORES DE LENDA AL****@GMAIL.COM
462	AL	MEYIRE DE FARIAS LEITE ME****@GMAIL.COM
463	AL	M F MO****@GMAIL.COM
464	AL	MICHELLE MAIA DO NASCIMENTO MI****@GMAIL.COM
465	AL	MICHELLE SILVA MI****@GMAIL.COM
466	AL	MICHELLY VICENTE MI****@GMAIL.COM
467	AL	MIKAELLY COLOMBINO MI****@GMAIL.COM
468	AL	MILENA MENDES MI****@HOTMAIL.COM
469	AL	MILLENE ADRIANE DA GRACA SANTOS MI****@HOTMAIL.COM
470	AL	MILLENY IZIDORIO MI****@GMAIL.COM
471	AL	MOISES MAURO MO****@GMAIL.COM
472	AL	MONIQUE GUIMARAES CORREIA MO****@GMAIL.COM
473	AL	MORANA OLIVEIRA MO****@GMAIL.COM
474	AL	MSUELI ACIOLE MA****@GMAIL.COM
475	AL	MYSIA ALVES DE SOUZA MY****@HOTMAIL.COM
476	AL	NADJA CARLA NA****@GMAIL.COM
477	AL	NADJANE GUSMAO NA****@GMAIL.COM
478	AL	NATHALYA LIMA NA****@HOTMAIL.COM
479	AL	NATHANIELLE FREITAS FR****@GMAIL.COM
480	AL	NEIDE PASSOS PA****@GMAIL.COM
481	AL	NETO AMORIM NE****@HOTMAIL.COM
482	AL	NETO LIMA NE****@GMAIL.COM
483	AL	NEVELLYN JOICE DA SILVA JO****@GMAIL.COM
484	AL	NICOLLY BUIQUE NI****@GMAIL.COM
485	AL	NIEDJA SILVA SOUSA NI****@GMAIL.COM
486	AL	NORMA FIALHO FI****@GMAIL.COM
487	AL	NUBIA FRANCISCO NU****@GMAIL.COM
488	AL	ODONTOLOGIA HU OD****@GMAIL.COM
489	AL	OLGA CARVALHO JP****@GMAIL.COM
490	AL	PAMMELA CRISTHNE FARIAS SILVA PA****@HOTMAIL.COM
491	AL	PATRICIA ALCILENE TEIXEIRA DA SILVA SO****@GMAIL.COM
492	AL	PATRICIA ARAUJO1052 PA****@GMAIL.COM
493	AL	PATRICIA M.C.S PA****@GMAIL.COM
494	AL	PATRICIA MENDES GUIMARAES PA****@GMAIL.COM
495	AL	PATRICIA SANTOS PA****@GMAIL.COM
496	AL	PATRICIA SILVA PS****@GMAIL.COM
497	AL	PATRICIA TORRES DR****@HOTMAIL.COM
498	AL	PATRICK LEITE DE ALMEIDA PA****@GMAIL.COM
499	AL	PAULA LOPES PA****@GMAIL.COM
500	AL	PAULA V PA****@GMAIL.COM
501	AL	PAULO CESAR DE ARAUJO PA****@GMAIL.COM
502	AL	PAULO CESAR PA****@GMAIL.COM
503	AL	PAULO HENRIQUE PH****@GMAIL.COM
504	AL	PAULOROBERTO SANTOS SA****@GMAIL.COM
505	AL	PEDRO SANTOS DUQUEPEDRON PE****@GMAIL.COM
506	AL	PRISCILA ROCHA PR****@GMAIL.COM
507	AL	QUINOR BERNARDO BE****@GMAIL.COM
508	AL	QUITERIA SANTOS NE****@GMAIL.COM
509	AL	RAFAEL SANTOS RA****@GMAIL.COM
	AL	RAYANE QUEIROZ QU****@GMAIL.COM
	AL	REBECA OLIVEIRA ALEXANDRE BE****@HOTMAIL.COM
	AL	REJANE LINS RE****@HOTMAIL.COM
	AL	RODRIGO APARECIDO PETINATI RO****@HOTMAIL.COM
	AL	ROGERIO COSTA RO****@GMAIL.COM
	AL	ROGERIO SOARES DA LUZ BARBOSA RG****@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
516	AL	ROMARIO SANTOS RO****@GMAIL.COM
517	AL	RONNDINELLY BARBOSA RO****@GMAIL.COM
518	AL	ROSANA SOARES SO****@GMAIL.COM
519	AL	ROSANGELA DOS SANTOS CO****@GMAIL.COM
520	AL	ROSANGELA DOS SANTOS SILVA RS****@GMAIL.COM
521	AL	ROSARIO FREIRE RO****@GMAIL.COM
522	AL	ROSEANE BARBOSA RO****@GMAIL.COM
523	AL	ROSILANE BARROS PONTES RO****@GMAIL.COM
524	AL	ROSI MACHADO RO****@GMAIL.COM
525	AL	ROZEVALDO PERETE DOS SANTOS RO****@HOTMAIL.COM
526	AL	ROZINEI MELO BRITO RO****@GMAIL.COM
527	AL	RUTE BEATRIZ RU****@GMAIL.COM
528	AL	RYANBR3 ACIOLE AC****@GMAIL.COM
529	AL	SAMY SILVA SA****@GMAIL.COM
530	AL	SANDRA BARBOSA SA****@HOTMAIL.COM
531	AL	SANDRA DE OLIVEIRA SA****@HOTMAIL.COM
532	AL	SANDRA SILVA DA LUS ALVES SA****@GMAIL.COM
533	AL	SANDRA VIANA DOS SANTOS SA****@HOTMAIL.COM
534	AL	SAVIA BELO SA****@GMAIL.COM
535	AL	SELMA SANTOS SE****@GMAIL.COM
536	AL	SERGIO SOUZA DA SILVA VA****@HOTMAIL.COM
537	AL	SIBELLY MENDES SI****@HOTMAIL.COM
538	AL	SILEA FERNANDES DE ANDRADE SI****@HOTMAIL.COM
539	AL	SILVA EMERSON SE****@GMAIL.COM
540	AL	SILVIA NORBERTO SILVA SI****@GMAIL.COM
541	AL	SILVIA OLIVEIRA AL****@HOTMAIL.COM
542	AL	SIMETRIA ODONTOLOGIA SI****@GMAIL.COM
543	AL	SIMONE ALVES DOS SANTOS SILVA SI****@OUTLOOK.COM
544	AL	SIRLENE LIMA SI****@HOTMAIL.COM
545	AL	STHEFFANY MARIA ST****@GMAIL.COM
546	AL	SUELY LOPES MA****@HOTMAIL.COM
547	AL	TAINA ALVES TA****@GMAIL.COM
548	AL	TAMIRES GABRIELA DOS ANJOS LESSA GA****@HOTMAIL.COM
549	AL	THAIS NICOLLE TH****@GMAIL.COM
550	AL	THALITA LIRA TH****@GMAIL.COM
551	AL	THATIANE LIRA LI****@GMAIL.COM
552	AL	THAYSA TAMIRES DA SILVA CANDIDO TH****@OUTLOOK.COM
553	AL	THIAGO LUCAS TH****@GMAIL.COM
554	AL	TIAGO VINICIUS MONTEIRO LIMA MO****@GMAIL.COM
555	AL	UANDERLEY BARBOSA DA SILVA UA****@GMAIL.COM
556	AL	VALDEMIR GARDINO VA****@GMAIL.COM
557	AL	VALDISE ALMEIDA AL****@GMAIL.COM
558	AL	VALTER DOS SANTOS VA****@GMAIL.COM
559	AL	VANESKA MARIA DA SILVA BORBA VA****@HOTMAIL.COM
560	AL	VANESSA COSMETICOS VA****@GMAIL.COM
561	AL	VANESSA MENEZES VA****@GMAIL.COM
562	AL	VANESSA ROSE VA****@GMAIL.COM
563	AL	VANESSA SANTOS 20****@GMAIL.COM
564	AL	VANIA AFONSO VA****@GMAIL.COM
565	AL	VERA LUCIA VE****@GMAIL.COM
566	AL	VICTOR BARROS VI****@GMAIL.COM
567	AL	VICTOR GOMES VI****@GMAIL.COM
568	AL	VICTORIA ANTONELLA DE OLIVEIRA COSTA VI****@GMAIL.COM
569	AL	VICTORIA GABRIELLY MELO CANUTO VI****@OUTLOOK.COM
570	AL	VICTOR RIBEIRO VI****@GMAIL.COM
571	AL	VINICIUS MATOS BENJAMIM LEAL VI****@GMAIL.COM
572	AL	VITORIA JULIANA LOPES FELISMINO VI****@GMAIL.COM
573	AL	VITORIA JULIANA VI****@GMAIL.COM
574	AL	VITORIA LP VI****@GMAIL.COM
575	AL	VIVIANE ANDRADE DA SILVA AN****@GMAIL.COM
576	AL	WARLA MACIEL DOS SANTOS WA****@HOTMAIL.COM
577	AL	WELMA LEANDRO LOPES WE****@HOTMAIL.COM.BR
578	AL	WERUSKA MELO DE LUCENA WE****@GMAIL.COM
579	AL	WERVERTON FELIPE LI****@GMAIL.COM
580	AL	WILLIANY CRISTINA WI****@GMAIL.COM
581	AL	WILMA OLIVEIRA MARQUES WI****@GMAIL.COM
582	AL	WIVERSON DIA SANTOS SILVA WI****@HOTMAIL.COM
583	AL	YASMIN LEANDRO SILVA NUNES YA****@GMAIL.COM
584	AL	YNA BULHOES YN****@HOTMAIL.COM
585	AL	YSMAELLY VITORIA YS****@GMAIL.COM
586	AL	ZANNA FARIAS ZA****@GMAIL.COM
587	AL	ZENILTON BARBOSA ZE****@GMAIL.COM
588	AL	ZEQUINHA LESSA LE****@GMAIL.COM
589	AL	ZULEIDE CAVALCANTE ZU****@HOTMAIL.COM
590	AM	ADERBAL SANTIAGO AD****@GMAIL.COM
591	AM	ADNA GOMES DE SOUZA AD****@HOTMAIL.COM
592	AM	ADRIELE OLIVEIRA AD****@GMAIL.COM
593	AM	ADRINA ABREU AD****@GMAIL.COM
594	AM	ALANA SOUZA DE MELO AL****@GMAIL.COM
595	AM	ALESSANDRA DE CASTRO MORAES AL****@GMAIL.COM
596	AM	ALINE ALMEIDA AL****@GMAIL.COM
597	AM	ALINE RUTH GOMES AL****@GMAIL.COM
598	AM	ALLEX BEVILAQUA BE****@GMAIL.COM
599	AM	ALZENIRA CAMPOS AL****@GMAIL.COM
600	AM	AMANDA MOTTA AM****@GMAIL.COM
601	AM	AMARILES BENTES DE SOUZA AM****@GMAIL.COM
602	AM	ANA BEATRIZ BENTES BY****@GMAIL.COM
603	AM	ANA PAULA MARTINS DE ARAUJO PA****@GMAIL.COM
604	AM	ANDERSON DANTAS DOS SANTOS DO****@HOTMAIL.COM
605	AM	ANDERSON SILVA DE SA AS****@GMAIL.COM
606	AM	ANDRE DOS SANTOS REGIS AR****@GMAIL.COM
607	AM	ANDREIA NASARE DA ROCHA RA****@GMAIL.COM
608	AM	ANDRYA SOUZA AN****@GMAIL.COM
609	AM	ANGELA MARIA RAMOS RA****@GMAIL.COM
610	AM	ANNA LIMMA LI****@GMAIL.COM
611	AM	ANTONIO GIOVANNI PONTES VIANA AG****@GMAIL.COM
612	AM	AOASJ FARMACOLOGIA IT****@GMAIL.COM
	AM	ARQUIMEDES JOSE NAVARRO AR****@GMAIL.COM
	AM	AURILEIA ALMEIDA DE OLIVEIRA AU****@GMAIL.COM
	AM	BABI FIGUEIREDO ARAUJO BA****@GMAIL.COM
	AM	BABYANNE FERNANDES BA****@GMAIL.COM
	AM	BEATRIZ SILVA BE****@GMAIL.COM
	AM	BERNA GAMES E VLOGS FL****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
619	AM	BIANCA BRAGA BI****@GMAIL.COM
620	AM	BIANCA SOARES BI****@GMAIL.COM
621	AM	BIANCA VICTORIA DE OLIVEIRA ALVES BI****@GMAIL.COM
622	AM	BLACKOUT TV WE****@GMAIL.COM
623	AM	BRUNA KRISTIANE BARBOSA DOS SANTOS BK****@UEA.EDU.BR
624	AM	BRUNO SOUZA BR****@GMAIL.COM
625	AM	CARMEN COSTA DAMASCENO CD****@GMAIL.COM
626	AM	CELIA LIMA CE****@GMAIL.COM
627	AM	CIRNEUDA TORRES NE****@GMAIL.COM
628	AM	CRISTIANO ALMEIDA CR****@GMAIL.COM
629	AM	DANIEL PRESTES DF****@GMAIL.COM
630	AM	DANIELY SOARES DA****@GMAIL.COM
631	AM	DAVID FLURINDO DF****@GMAIL.COM
632	AM	DAYANE CRUZ DA****@GMAIL.COM
633	AM	DE ARAUJO HI****@GMAIL.COM
634	AM	DEBOORA LIMA DE****@GMAIL.COM
635	AM	DEBORA DAMILLY DA****@GMAIL.COM
636	AM	DEBORA IZEL MO****@GMAIL.COM
637	AM	DIEGO BRANDOW TAKAMATSU BARBOSA DI****@GMAIL.COM
638	AM	DIEGO SILVA DI****@GMAIL.COM
639	AM	DIOFF LUCAS PENAFORTH DH****@GMAIL.COM
640	AM	DUBRASSKA FABIOLA ALAYON DU****@GMAIL.COM
641	AM	DUDA MORAES MA****@GMAIL.COM
642	AM	ELISSANDRA SOUZA SO****@GMAIL.COM
643	AM	ELITON TAVARES EL****@GMAIL.COM
644	AM	ELIVALDO FAUSTINO EL****@GMAIL.COM
645	AM	ELVIS CAIO DIAS VERCOSA EL****@GMAIL.COM
646	AM	ERIANE DE CARVALHO ROSENDO ER****@GMAIL.COM
647	AM	ERICA SILVA ER****@GMAIL.COM
648	AM	ERIKA XAVIER ER****@GMAIL.COM
649	AM	ESTEFANY DA SILVA ES****@GMAIL.COM
650	AM	EUTON AGUIAR EU****@GMAIL.COM
651	AM	FABIANA KUVAN KU****@OUTLOOK.COM
652	AM	FERNANDA CARDOSO FE****@GMAIL.COM
653	AM	FRANCCY MARTINS FR****@GMAIL.COM
654	AM	GABRIELLE FERREIRA FE****@GMAIL.COM
655	AM	GAROTO NEGRO RE****@GMAIL.COM
656	AM	GENILSON MAGALHAES TRINDADE GM****@GMAIL.COM
657	AM	GEO DUARTE GE****@GMAIL.COM
658	AM	GEOVANNA DA SILVA FERREIRA GE****@OUTLOOK.COM
659	AM	GESSYLANE MARIA DE MACEDO SOUZA GE****@GMAIL.COM
660	AM	GESTAO FINANCEIRA TG****@GMAIL.COM
661	AM	GIESI LEMOS DE OLIVEIRA GI****@GMAIL.COM
662	AM	GILSON COSTA GI****@GMAIL.COM
663	AM	GISLAYNE CABRAL SOUZA SO****@GMAIL.COM
664	AM	GIULLY FERREIRA GI****@GMAIL.COM
665	AM	GLAUCIANE SAMPAIO GL****@GMAIL.COM
666	AM	GRACIETE SILVA SI****@GMAIL.COM
667	AM	GUSTAVO DO NASCIMENTO DANIEL GU****@GMAIL.COM
668	AM	HANNY HADASSA HA****@GMAIL.COM
669	AM	HORHAYNNA FERREIRA CARVALHO HA****@GMAIL.COM
670	AM	HUDSON LOURENCO HU****@GMAIL.COM
671	AM	INGLITH RAMIRES DOS SANTOS IN****@GMAIL.COM
672	AM	INGRID LUCIANA DE SOUZA MARQUES IN****@GMAIL.COM
673	AM	ISABELLA MORAES BE****@GMAIL.COM
674	AM	ISABELLY LIMA IS****@GMAIL.COM
675	AM	ISRAEL EDUARDO IS****@GMAIL.COM
676	AM	IVANA SANTO CRUZ IV****@GMAIL.COM
677	AM	IZABEL GARCIA GUEDES LEZAMA IZ****@GMAIL.COM
678	AM	JANETE MONTEFUSCO JA****@GMAIL.COM
679	AM	JENNIFER NASCIMENTO JE****@GMAIL.COM
680	AM	JESSICA COSTA JE****@GMAIL.COM
681	AM	JESSICA LOYANE ALMEIDA SILVA EN****@GMAIL.COM
682	AM	JESSICA SILVA JE****@GMAIL.COM
683	AM	JOAO PETRUS JP****@GMAIL.COM
684	AM	JOELMA DANTAS BACELAR JO****@GMAIL.COM
685	AM	JOSE RICARDO DE SOUZA LOPES JR****@GMAIL.COM
686	AM	JOSE RONEY ARAUJO NUNES RO****@GMAIL.COM
687	AM	JOSIELMA CRYSCIA SOUZA SILVA JO****@GMAIL.COM
688	AM	JULIA SOUZA JU****@GMAIL.COM
689	AM	JULIA SOUZA JU****@GMAIL.COM
690	AM	JULICLEIA COSTA DE SOUZA JH****@GMAIL.COM
691	AM	KAIO VICTOR KA****@GMAIL.COM
692	AM	KAMILA ARAUJO JESUS AR****@GMAIL.COM
693	AM	KAMILLA KOTOE MI****@GMAIL.COM
694	AM	KAREN NOBRE KA****@GMAIL.COM
695	AM	KAREN ROSA KR****@GMAIL.COM
696	AM	KARINY KETLEN KA****@GMAIL.COM
697	AM	KAYKE SOUZA KA****@GMAIL.COM
698	AM	KEINARA KETHLEN KE****@GMAIL.COM
699	AM	KELVY VIEIRA DE LIMA KE****@HOTMAIL.COM
700	AM	KETHELEN ABREU KE****@GMAIL.COM
701	AM	KETHLEN LIMA KE****@GMAIL.COM
702	AM	KETLEN ARAGAO OM****@HOTMAIL.COM
703	AM	KEVENY LIMA SANTOS KE****@GMAIL.COM
704	AM	KEYLA SOUZA KE****@GMAIL.COM
705	AM	LARISSA MENEZES LA****@GMAIL.COM
706	AM	LAURA FERREIRA LA****@GMAIL.COM
707	AM	LEILANE MATTOS LE****@GMAIL.COM
708	AM	LEUNITA DA COSTA JACOMYNOUT NI****@GMAIL.COM
709	AM	LIDIANE FARIAS DA SILVA LI****@GMAIL.COM
710	AM	LILIA MACEDO MA****@GMAIL.COM
711	AM	LILIANE COSTA DA SILVA LI****@GMAIL.COM
712	AM	LILIANE SILVA SANTOS LI****@GMAIL.COM
713	AM	LIZANIA FERNANDES DA SILVA LI****@GMAIL.COM
714	AM	LUANA DEBORA SANTOS DA SILVA LU****@GMAIL.COM
715	AM	LUANA FERREIRA LU****@GMAIL.COM
	AM	LUANA FERREIRA LU****@GMAIL.COM
	AM	LUCIETE MACEDO LU****@GMAIL.COM
	AM	LUIZ CARLOS ROZENDO MEDEIROS LU****@GMAIL.COM
	AM	LUIZ HENRIQUE RODRIGUES DE ALMEIDA LU****@GMAIL.COM
	AM	LUZIANE CAMPOS LU****@GMAIL.COM
	AM	LUZINETE DE OLIVEIRA COELHO CA****@HOTMAIL.COM



5



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 34, de 2019, do Programa e-Cidadania, que propõe *não constituir crime o comércio de sementes para cultivo de Cannabis*.

Relator: Senador **ALESSANDRO VIEIRA**

I – RELATÓRIO

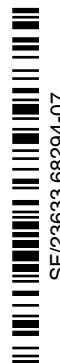
Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão Legislativa (SUG) nº 34, de 2019, de iniciativa do cidadão Fernando Santiago, que propõe a descriminalização do comércio de sementes da maconha.

A sugestão em comento decorre da Ideia Legislativa nº 120.001, que recebeu mais de vinte mil manifestações individuais de apoio no período de 11/02/2019 a 11/06/2019.

O autor da sugestão explica que o “anteprojeto de lei da comissão de juristas responsável pela atualização da Lei de Entorpecentes prevê em seu art. 28 não ser crime cultivar seis plantas e, ao mesmo tempo, em seu art. 33-H penaliza com reclusão o comércio de sementes”. Diante disso, sua proposta vale-se do argumento de não ser possível realizar o plantio sem o acesso legalizado aos insumos.

II – ANÁLISE

Compete à CDH, de acordo como o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre sugestões legislativas



SF/23633.68294-07



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

A Resolução nº 19 do Senado Federal, de 27 de novembro de 2015, por sua vez, determina que a ideia legislativa enviada ao portal e-Cidadania que obtiver apoio de vinte mil cidadãos, em quatro meses, terá tratamento análogo ao das sugestões legislativas previstas no art. 102-E do RIsf.

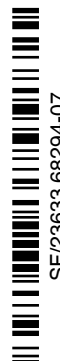
Portanto, a SUG nº 34, de 2019, tem amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Cabe ressaltar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões temáticas pertinentes. A CDH, portanto, é soberana para decidir pelo acatamento da sugestão apresentada. Se aceita, também cabe a esta Comissão convertê-la em projeto de lei, adequando-a às normas técnicas de redação legislativa. Além disso, incumbe identificar e sanar eventuais problemas de constitucionalidade.

Inicialmente, cumpre ressaltar que não há vício de origem da matéria, vez que o assunto não se insere entre os temas de competência de iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo (art. 61 da Carta Magna). Ademais, a Constituição Federal (CF) estabelece, em seu art. 48, que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. O comando inclui legislar sobre aquelas matérias elencadas na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, entre as quais figura a proteção e defesa da saúde, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da CF. É o caso da sugestão em análise, que trata do controle de substâncias psicoativas.

Quanto à juridicidade, importante destacar que o tema é regulado pela Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – chamada de “Lei de Entorpecentes” pelo autor da sugestão legislativa –, que *institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências*.

Em relação ao mérito, cumpre destacar que a Lei nº 11.343, de 2006 (Lei de Drogas), diferencia o tratamento que deve ser dado ao usuário de drogas, pois despenalizou a posse para consumo próprio, não sendo mais aplicável a pena privativa de





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

liberdade. Isso abrange também o semeio, cultivo e colheita de “plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica”, tal qual são as plantas no gênero *cannabis*, popularmente conhecidas como “maconha”.

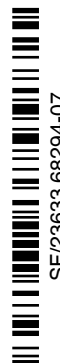
No entanto, a sugestão que apreciamos pretende ir além, descriminalizando o comércio de sementes da planta, de maneira que fica implícita sua intenção de legalizar as transações relacionadas a esse insumo, essencial para o plantio. Quando elaboramos o relatório da SUG nº 32, de 2019, no âmbito desta Comissão, registramos as diferenças entre a legalização e a descriminalização:

De antemão, devemos salientar as diferenças entre Discriminação e Legalização. Descriminalização significa que o ato ou conduta deixou de ser crime, não há mais punição no âmbito penal, todavia ainda pode ser considerado ilícito civil ou administrativo. Já a legalização, como a proposta na Sugestão em questão, o ato passa a ser permitido por lei, cabe ao estado regulamentar as práticas.

Naquela oportunidade, já havíamos pontuado que “o Estado brasileiro, em suas configurações atuais, não conseguiria fiscalizar adequadamente os espaços de plantio, seja para uso medicinal ou para uso recreativo”, o que impede a promoção da legalização abrangente e, assim, a descriminalização desponta como caminho mais viável para a legislação e para a operação de políticas públicas.

Por isso, diante desse quadro de limitações práticas, esta Casa legislativa tem priorizado, em várias de suas apreciações recentes, a regulamentação do emprego da *cannabis* para fins medicinais. Desse entendimento, sugeriram o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 514, de 2017 – originado da SUG nº 25, de 2017 – e também o PL nº 5.295, de 2019 – advindo da SUG nº 6, de 2016 –, que tratam do tema. Assim sendo, não há necessidade de apresentar mais uma proposição sobre esse assunto.

Por fim, é necessário anotar que o anteprojeto da comissão de juristas para modificar a Lei de Drogas, a que se refere o autor da sugestão, não tramita no Senado Federal, pois esse grupo de trabalho foi instalado na Câmara dos Deputados e já findou suas atividades, que resultaram na apresentação do Projeto de Lei nº 4.565, de 2019. Os Senadores poderão realizar suas contribuições se a matéria chegar a esta Casa, oportunamente.



SF/23633.68294-07



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela **rejeição** da Sugestão nº 34, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

MEMO. nº 052/2019 – SCOM

Brasília, 13 de junho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR PAULO PAIM

Assunto: **Ideia Legislativa nº 120.001**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa nº 120.001, com o título “**Não constituir crime o comércio de sementes para cultivo de Cannabis**” (*sic*), que alcançou, no período de 11/02/2019 a 11/06/2019, apoio superior a 20.000 manifestações individuais, conforme a ficha informativa em anexo.

Respeitosamente,

Dirceu Vieira Machado Filho
Diretor da Secretaria de Comissões



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Ideia Legislativa nº 120.001

TÍTULO

Não constituir crime o comércio de sementes para cultivo de Cannabis (*sic*)

DESCRIÇÃO

Sugerir ao anteprojeto de lei da Comissão de Juristas responsável pela atualização da Lei de Entorpecentes prevê em seu Art. 28 não ser crime cultivar 6 plantas e ao mesmo tempo em seu Art. 33-H penaliza com reclusão o comércio de sementes. Como plantar sem ter acesso a sementes? (*sic*)

MAIS DETALHES

A segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o processo criminal contra quem importa pequenas quantidades de sementes de canabiss sativa (maconha) não deve ser automático, e sim que se analise particularidades dos casos, como a quantidade da substância apreendida. O Relator ainda afirmou que as sementes não possuem o princípio psicoativo da maconha (THC). (*sic*)

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome: Fernando Santiago

E-mail: fernandofsantiago@gmail.com

UF: Distrito Federal

PÁGINA DA IDEIA

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=120001>

DADOS DE CONTROLE DO E-CIDADANIA:

Data da publicação da ideia: 11/02/2019

Data de alcance dos apoios necessários: 11/06/2019

Total de apoios contabilizados até 12/06/2019: 20.410

6



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Uso Medicinal da *Cannabis*".

JUSTIFICAÇÃO

O debate é importante também, porque tramita no Senado o projeto de lei 89 de 2023, de minha autoria, que institui a Política Nacional de Fornecimento Gratuito de Medicamentos Formulados de Derivado Vegetal à Base de Canabidiol, nas unidades de saúde - SUS.

O uso da *Cannabis* para fins medicinais é um tema que vem assumindo proporções globais. Países como os Estados Unidos, Canadá, Portugal entre outros, legalizaram o seu uso, além da pesquisa e cultivo para fins industriais e medicinais.

No Brasil, é louvável o papel do Poder Judiciário que concedeu medidas liminares autorizando a importação desses medicamentos e o autocultivo, assim como a produção por associações para a distribuição a seus associados, mediante prescrição médica.

A ANVISA desde 2016 ajustou-se a essa tendência e aprovou diversas normas para regulamentar o acesso a esses medicamentos como a inclusão desses medicamentos no SUS.



Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o "Uso Medicinal da Cannabis".

Sala da Comissão, 24 de março de 2023.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Presidente da Comissão de Direitos Humanos



7



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Vidas Negras com Deficiência Importam".

JUSTIFICAÇÃO

O movimento Vidas Negras com Deficiência Importam recomendam as seguintes sugestões de políticas públicas ao governo Brasileiro:

1. Garantir a coleta e distribuição de dados demográficos desagregados que incluam deficiência, gênero, cor, e autoidentificação como quilombola ou indígena no CENSO nacional e em pesquisas para áreas-chave de desigualdade, como educação, saúde, emprego, bem-estar social, sem-teto, sistema de justiça criminal, violência policial e habitação e saneamento. Suplementar os dados do censo nacional com um censo específico de deficiência, que adote uma perspectiva interseccional. 2. Assegurar a consulta às organizações de pessoas negras, indígenas e quilombolas com deficiência no desenvolvimento de todas as políticas de deficiência. 3. Desenvolver políticas públicas para acabar com a institucionalização, garantindo o direito de todas as pessoas com deficiência de viver com suas famílias ou comunidades, e fornecendo apoio suficiente para que todas as pessoas com deficiência e suas famílias tenham uma vida digna,

independentemente de sua posição socioeconômica. 4. Assegurar remuneração adequada para cuidadores, profissionalizando o cuidado numa ótica transversal nas políticas públicas, o que significa fortalecer a escola pública, o SUS, SUAS e outros, para que os familiares possam beneficiar de uma rede ampliada de apoio. 5. Implementar a avaliação biopsicossocial de deficiência no Brasil, como uma ferramenta para a garantia de diagnósticos, pois a Avaliação biopsicossocial reduz o estereótipo médico e garante o acesso ao diagnóstico formal, para que a população negra com deficiência tenha acesso ampliado ao reconhecimento oficial e a todos os direitos que o estado brasileiro garante às pessoas com deficiência. Reconhecer, para fins de políticas públicas, de forma clara e para todos os efeitos legais, as pessoas com deficiência psicossocial como pessoas com deficiência. 6. Garantir que todos os moradores de rua possam se cadastrar no Cadastro Único para Programas Sociais e acessar os serviços sociais e de saúde necessários a que têm direito. Garantir a implementação, com atenção especial às pessoas com deficiência, da resolução nº 40 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) 2020 e, principalmente, em seu parágrafo único do artigo 14, 1 que estipula que os entes federativos devem adotar estratégias para o acesso imediato da população sem-abrigo à habitação. 7. Elaborar e fomentar políticas públicas para a inclusão de estudantes com deficiência em todas as esferas e modalidades de educação inclusiva sob uma perspectiva interseccional, buscando não só o acesso, mas também a permanência e sucesso escolar desse público na sala de aula comum da escola comum, promovendo um reforço na fiscalização e no cumprimento das legislações a respeito da promoção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. 8. Fortalecer políticas públicas de vida autônoma das pessoas negras com deficiência, nomeadamente através do programa Moradias Independentes, entendendo que essa é uma forma de democratizar o acesso à moradia digna que funciona como estratégia para a emancipação e autonomia de adultos com deficiência. 9. Integrar de forma sistemática, no contexto de uma educação voltada para a herança cultural africana e afro-brasileira, a história do

movimento de pessoas com deficiência. 10. Integrar nas políticas de segurança pública medidas para combater os altos índices de violência cometidos, por parte do Estado e da população, contra pessoas negras com deficiência, com atenção especial para os mais impactados pela violência estrutural, como mulheres negras com deficiência e pessoas com deficiência intelectual. 11. Remover as barreiras que impedem mais pessoas negras com deficiência de ingressar e permanecer no mercado de trabalho formal, implementando políticas públicas que abordem o capacitismo estrutural e o racismo na educação, na formação e no trabalho.

Assim, vamos debater a temática para melhor implementação das políticas públicas.

Sala da Comissão, 18 de setembro de 2023.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)

8



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

REQUERIMENTO Nº , DE 2023 – CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Comissão de Segurança Pública (CSP), e Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com o objetivo de debater as políticas necessárias à prevenção e à repressão da violência em estabelecimentos de ensino.

JUSTIFICAÇÃO

Hoje, dia 05 de abril de 2023, nos deparamos com mais um caso de ataque a escolas. Quatro estudantes - Bernardo Cunha Machado, cinco anos, Bernardo Pabst da Cunha, quatro anos, Enzo Marchesin Barbosa, quatro anos, e Larissa Maia Toldo, sete anos - foram as vítimas do último ataque, ocorrido em Blumenau - SC¹.

¹ Link: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/04/05/ataque-creche-blumenau.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2023.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Há apenas dez dias, no dia 27 de março de 2023, a professora Elisabete Tenreiro, de 71 anos, que trabalhava na Escola Estadual Thomazia Montoro, em São Paulo - SP, morreu após ser atacada a facadas².

No dia 25 de novembro de 2022, três professoras e uma aluna - Maria da Penha Pereira de Melo Banhos, Cybelle Passos Bezerra, Flávia Amboss Merçon Leonardo e Selenia Sagrillo - foram assassinadas após um ataque a tiros na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Primo Bitti e no Centro Educacional Praia de Coqueiral, localizadas em Aracruz, no meu Estado do Espírito Santo³.

No passado recente, o Brasil não era um país em que atentados a escolas eram frequentes. Porém, nos últimos anos, esses ataques têm estampado as capas dos jornais, deixando medo entre pais, alunos e professores, e deixando luto aos familiares e amigos das vítimas.

Sabe-se que a prevenção e a repressão desse tipo de atentado devem ocorrer em diversas frentes, como o cuidado à saúde mental dos estudantes, a prevenção contra o *bullying*, a restrição ao acesso de armas, a restrição a jogos e *sites* que promovam violência e discursos de ódio, a diminuição da desigualdade, a fim de possibilitar que crianças e adolescentes vivam em ambientes sadios etc.

A política criminal, respeitados os princípios da Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, não pode ficar alheia a essa questão. Nesse contexto e na qualidade de relator do Código Penal, requeiro a realização de ciclo de audiências públicas com a participação de especialistas da sociedade civil, empresas do setor de tecnologia (inclusive provedores de conteúdo e redes sociais) e do setor público, com notório conhecimento em suas respectivas áreas, para debatermos as políticas necessárias à prevenção e à repressão desse tipo de ataque.

² Link: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/03/ataque-a-escola-em-sp-completa-uma-semana-o-que-se-sabe-ate-agora-e-os-proximos-passos-da-investigacao.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2023.

³ Link: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/11/28/ataque-em-escolas-de-aracruz-duas-vitimas-recebem-alta-e-tres-vitimas-seguem-internadas-em-estado-grave.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2023.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Os expositores serão indicados oportunamente, após deliberação do presente Requerimento.

Por esses motivos, peço apoio aos nobres pares para aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2023.

Senador FABIANO CONTARATO
PT/Espírito Santo